

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/02/2020 a 08/12/2020

Indexação: "PL 1581/2020"

Documento 1/110

44.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/04/2020- CD	15:48
Publ.: DCD - 09/04/2020 - 45	MARCELO RAMOS-PL -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Agravamento da incidência da Covid-19 no Estado do Amazonas. Defesa de aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 149, de 2019 (Plano Mansueto) sobre a criação do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, e alteração das Leis Complementares de nºs 101, de 2000, e 156, de 2016; das Leis de nºs 12.348, de 2010, e 12.649, de 2012, e da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001. Expectativa de rejeição, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, de liminar concedida pelo Ministro Ricardo Lewandowski em ação contra a Medida Provisória nº 936, de 2020, a respeito da instituição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e de medidas trabalhistas complementares, para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de coronavírus. Apelo à Presidência de votação do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, acerca da regulamentação de acordo a respeito do pagamento de precatórios federais, para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia de coronavírus. Proposta de adiamento do pagamento de parcelas vincendas de financiamentos contraídos pelo empresariado brasileiro junto ao sistema bancário. Destinação, pelo Presidente Rodrigo Maia, de recursos orçamentários da Câmara dos Deputados para as ações de combate à Covid-19.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Como Líder. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero primeiro registrar o esforço de V.Exa. na construção da unidade do Parlamento.

Quero registrar a situação do meu Amazonas, que ontem ultrapassou São Paulo em diagnósticos da COVID por 100 mil habitantes, sendo o segundo Estado da Federação. Aqui os números dobram a cada 48 horas.

Já são 636 diagnósticos confirmados, 23 óbitos e quase mil pacientes



em observação. Portanto, os recursos decorrentes do Projeto de Lei Complementar nº 149, tão bem relatado pelo Deputado Pedro Paulo, são fundamentais para o Estado do Amazonas, para que possa ampliar o número de leitos, tanto com respiradores quanto de leitos de UTI. As UTIs particulares aqui chegaram a 100% de ocupação, e as UTIs dos hospitais públicos estão com 95% de ocupação, sendo que, dos 61 Municípios do interior do Estado do Amazonas, apenas 1 tem UTI. Portanto, se o vírus chegar com força ao interior do Estado do Amazonas, nós teremos uma situação catastrófica. É muito importante a garantia desses recursos.

Eu inicio esta minha fala me solidarizando com V.Exa., Sr. Presidente, e o Deputado Pedro Paulo pela sensibilidade, porque conseguiram construir um acordo muito importante para os Governos. De nossa parte, nós também estamos dando a nossa contribuição, canalizando recursos de emendas impositivas, individuais e coletivas, para o combate à COVID-19 e fazendo com que esses recursos cheguem ao interior, principalmente para a compra de EPI e respiradores, de forma a minimizar e a mitigar o sofrimento da nossa gente.

Eu quero tratar, Sr. Presidente, com o compromisso de respeitar o tempo, de outros três temas.

Primeiro, quero lamentar a decisão liminar do Ministro Ricardo Lewandowski a respeito da Medida Provisória nº 936. A Medida Provisória nº 936 é fundamental, porque garante o justo equilíbrio entre redução de custos para o empregador e garantia de manutenção de renda, com complementação de recursos do FAT, do Seguro-Desemprego, para o empregado. A decisão do Ministro Lewandowski tecnicamente é absurda. Ela reescreve a medida provisória, ela cria uma regra não prevista na medida provisória. Eu li hoje que já está marcada para o dia 16 a votação dessa liminar em plenário e tenho certeza de que o Supremo Tribunal Federal irá derrubá-la, pois já causou alguns estragos. No Rio de Janeiro, por exemplo, a 71ª Vara do Trabalho anulou um acordo de suspensão de contrato de trabalho feito por uma empresa de vigilância. A medida, portanto, gera insegurança jurídica, é muito ruim tanto para empregadores quanto para trabalhadores, já que a medida provisória garante a renda através de recursos do FAT.

Sr. Presidente, quero fazer mais dois registros. Um deles diz respeito ao meu Projeto de Lei nº 1.581, de 2020. Requerimento de urgência foi apresentado pela Deputada Margarete e já tem a assinatura de praticamente todos os Líderes partidários. Ele cria a possibilidade de acordo direto para pagamento de precatórios de grande valor, estabelece um deságio de 40% no valor do precatório. Se nós considerarmos que, neste terceiro bimestre, a previsão orçamentária, no Orçamento da União, é de 19 bilhões de reais para pagamento de

precatórios, poderemos gerar uma economia, canalizada para o Ministério da Saúde, da ordem de 7,6 bilhões de reais. Eu quero fazer um apelo a V.Exa.: para que, em havendo a assinatura da grande maioria dos Líderes, possamos o mais rapidamente possível pautar essa matéria.

Por fim, Sr. Presidente, quero trazer o apelo do empresariado brasileiro que tem financiamento, tanto nos bancos públicos quanto nos bancos privados.

Veja só: o BASA, o Banco da Amazônia, um banco público, pequeno, restrito à nossa região, estabeleceu a regra de suspender todas as parcelas de créditos vincendas a partir de abril e de transferi-las para o final dos contratos, sem nenhuma regra nova, com o cumprimento das mesmas regras contratuais. O incrível é que o BASA faz isso, mas a Caixa Econômica Federal está compelindo todos aqueles que captaram capital de giro através de financiamento bancário de crédito a pagarem os financiamentos, mesmo diante desta crise avassaladora sobre o setor produtivo.

E mais: os bancos privados, que têm tido uma atitude colaborativa, uma atitude responsável por parte do Parlamento brasileiro, tiveram redução do compulsório, aumentaram a sua liquidez, não oferecem crédito barato para o setor produtivo e, mais do que isso, não suspenderam também o pagamento desses financiamentos para capital de giro.

Então, eu estou estudando com a minha assessoria a possibilidade de estabelecer que a regra já instituída pelo BASA, de pegar as seis parcelas vincendas a partir de abril e jogá-las para o final dos contratos, seja uma regra para todo o sistema bancário, para garantir liquidez para o sistema bancário, mas dar algum fôlego para quem precisou pegar FNO, no caso do BASA, ou capital de giro, que é o que geralmente as empresas buscam quando vão atrás de financiamento no sistema bancário.

Acho que esse é um esforço, neste momento, que deve ser de todos os brasileiros, de todos os setores econômicos. A Câmara, sob sua liderança, acabou de dar um exemplo, economizando 150 milhões de reais. Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, pouca gente fez esta conta: 150 milhões de reais equivalem a mais do que 100% do salário de todos os Deputados durante os 12 meses do ano. Havia muita gente falando em 20% do salário dos Deputados, e a Câmara está transferindo para o Ministério da Saúde um valor maior do que 100% do salário dos Deputados, o que demonstra um esforço coletivo e uma responsabilidade com o País.

Quero encaminhar o voto favorável à matéria, por fim, na certeza de

que todos os Estados, em especial o meu Estado do Amazonas, que tem contado com o esforço e a dedicação do Governador Wilson Lima, do Vice-Governador Carlos Almeida, de toda a bancada de oito Deputados Federais e três Senadores, mais do que nunca, precisam dessa recomposição de recursos de ICMS. Com a queda na atividade produtiva da Zona Franca de Manaus, cai vertiginosamente a arrecadação de ICMS do nosso Estado.

É assim, com cada um dando a sua parte em termos de colaboração, com o povo unido, com os Poderes unidos, que nós vamos superando a divergência, superando a crise com menos danos e preparando o Brasil para, tão logo esta tempestade passar, retomar o caminho da prosperidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 2/110

54.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 28/04/2020- CD	19:24
Publ.: DCD - 29/04/2020 - 131	MARCELO RAMOS-PL -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Colapso dos sistemas de saúde e funerário no Estado do Amazonas, em decorrência da pandemia de coronavírus. Solicitação à Caixa Econômica Federal pelo Senador Omar Aziz, em nome da respectiva bancada federal, de estabelecimento de convênio com o Bradesco e com o Banco da Amazônia S/A - BASA, para ampliação da rede de pagamento do auxílio pecuniário emergencial concedido a trabalhadores informais, autônomos e famílias carentes. Apresentação de requerimentos de tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, acerca da regulamentação de acordo direto sobre o pagamento com desconto ou parcelado de precatórios federais, para enfrentamento da situação de emergência decorrente da Covid-19; do Projeto de Lei nº 1.905, de 2020, acerca da suspensão temporária da exigência do Processo Produtivo Básico - PPB para os produtos especificados, durante a calamidade pública decorrente da pandemia de coronavírus, e do Projeto de Lei Complementar nº 28, de 2020, a respeito da alteração da Lei nº 5.172, de 1966, relativa ao Sistema Tributário Nacional e à instituição de normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, aos Estados e Municípios. Importância de aprovação da Medida Provisória nº 936, de 2020, sobre a instituição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, e de medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19, e da Medida Provisória nº 944, de 2020,

relativa à instituição do Programa Emergencial de Suporte a Empregos.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Deputada Soraya, eu que agradeço o gesto de confiança da bancada do Partido Liberal, do nosso Líder Wellington Roberto, ao me permitir conduzir deste plenário os trabalhos.

Eu quero utilizar este tempo de Líder para fazer alguns registros importantes. O primeiro é um alerta. O Amazonas tem ocupado o noticiário nacional por conta do grave problema sanitário em decorrência do coronavírus. Mas vai, muito em breve, ocupar o noticiário nacional por um efeito secundário do coronavírus. No Amazonas vai faltar caixão. As empresas funerárias já comunicaram isso ao Governador do Estado e fizeram um apelo para tentar o estabelecimento de parceria com outros Estados, para que os mortos não passem a ser enterrados em sacos plásticos.

Além do mais, vimos imagens de valas comuns onde caixões foram enterrados um ao lado do outro. Essa era a realidade da semana passada. Nesta semana, os caixões estão sendo enterrados um em cima do outro. A média em Manaus era de 30 enterros por dia, mas, no domingo, houve 140 enterros. Portanto, a situação é muito grave.

Eu propus, na Comissão de acompanhamento das ações referentes à COVID-19, que façamos um debate específico sobre essa questão funerária decorrente da COVID-19, porque o que está acontecendo no Amazonas pode ser o prenúncio de um colapso no restante do País.

Quero registrar uma iniciativa do coordenador da nossa bancada, o Senador Omar Aziz, que se reuniu, em nome de toda a bancada, com o Presidente da Caixa Econômica Federal para solicitar à Caixa o estabelecimento de convênio com o Bradesco e com o BASA, a fim de ampliar a rede de atendimento no interior do Estado para o recebimento do "coronavoucher". Houve uma sinalização positiva da Caixa Econômica Federal. Isso tem o efeito de facilitar a vida do homem e da mulher do interior e, acima de tudo, de evitar aglomeração nesses Municípios.

Sr. Presidente, quero fazer um registro em relação a três projetos de minha autoria. Hoje consegui a quantidade de assinaturas necessárias para a apresentação do requerimento de urgência.

O primeiro é o Projeto de Lei nº 581, de 2020, que trata do processo de negociação de precatórios. O Brasil tem 19 bilhões de reais no Orçamento para pagamento de precatórios neste bimestre. Nós

estamos sugerindo a facilitação do processo de negociação desses precatórios, de forma que a economia feita com eles seja encaminhada diretamente para o Ministério da Saúde, para o combate à COVID-19.

O Projeto de Lei nº 1.905, de 2020, que acabou de ser aprovado como prioridade na Comissão da COVID-19, suspende temporariamente a exigência do Processo Produtivo Básico para as indústrias da Zona Franca de Manaus que pretenderem produzir produtos relacionados ao combate ao coronavírus, como máscaras, luvas, macacões, capacetes, respiradores. Então, quem quiser mudar sua planta para produzir produtos relacionados ao coronavírus terá todos os benefícios da Zona Franca de Manaus. O IPI já está zerado no Brasil inteiro, mas haveria também o benefício de zerar o PIS, a COFINS e o Imposto de Renda no caso da produção desses bens na Zona Franca de Manaus.

O Projeto de Lei Complementar nº 28, de 2020, de natureza mais econômica, tem o objetivo de determinar que o depósito de garantia no processo tributário só ocorrerá após decisão judicial. Hoje, a decisão administrativa gera um título executivo, e, ao se recorrer à Justiça para se realizar a contestação, já se tem que fazer o depósito.

Essa é uma medida necessária, porque liberaria de forma imediata milhões de reais que estão bloqueados no Orçamento da União e que seriam devolvidos às empresas para que possam enfrentar este momento de tanta dificuldade.

Sr. Presidente, sei que V.Exa. tem plena consciência da importância das Medidas Provisórias nº 936 e nº 944.

A Medida Provisória nº 936 garante a suspensão do contrato de trabalho, a redução da jornada e do salário, de forma a diminuir os custos do empregador, mantendo a renda do trabalhador através de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, na modalidade do seguro-desemprego.

Quanto à Medida Provisória nº 944, fiz uma sugestão hoje ao Relator, o Deputado Zé Vitor, no sentido de que, em vez de alíquota de 3,75% para a correção desse crédito no sistema bancário, estabelecamos a taxa SELIC, que hoje é 3,75%, mas amanhã poderá cair. Se cair, em estando no texto legal o percentual e não a taxa SELIC, poderão os bancos retirar recursos do compulsório, que seriam pagos a 3,75%, ou à taxa SELIC abaixo disso, e emprestar a um valor acima do que estava sendo remunerado no compulsório. Não é razoável que, em um período como este, os bancos tenham lucro nessa operação, que é uma operação de socorro para pequenos e médios empreendedores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

56.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 04/05/2020- CD	19:52
Publ.: DCD - 05/05/2020 - 147	MARGARETE COELHO-PP -PI	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do art. 4º da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2020, referente ao estabelecimento do regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento da calamidade pública nacional decorrente da pandemia de coronavírus, com vista à inclusão, onde couber, no texto do substitutivo oferecido à proposição. Reiteração do apelo à Presidência de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, acerca da regulamentação do acordo direto para pagamento com desconto ou parcelado de precatórios federais, com vista ao enfrentamento da situação de emergência de saúde pública decorrente da Covid-19.

A SRA. MARGARETE COELHO (Bloco/PP - PI. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares, o Progressista também vai votar "não", entendendo que realmente a emenda é meritória, mas eu já havia até adiantado uma preocupação com a desídia e as questões trabalhistas que poderiam surgir no período.

Sr. Presidente, aproveito o ensejo para mais uma vez apelar a V.Exa. que inclua na pauta de votação o PL 1.581/20, de autoria do Deputado Marcelo Ramos, que visa regulamentar o acordo direto para pagamento com desconto, ou com parcelamento, de precatórios federais de grande valor. Os Estados já têm a possibilidade de negociar a forma de pagamento de seus precatórios. Esses valores de precatórios, chegando às empresas, injetarão nelas uma renda nova para que elas possam enfrentar este momento de pandemia e as grandes dificuldades de financiamento dos seus empregados.

O Progressista orienta pela manutenção do texto, portanto vota "não" ao destaque.

74.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/06/2020- CD	15:00
---------	--	-------

Publ.: DCD - 10/06/2020 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS
34

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Elevado número de óbitos registrados no País em decorrência da Covid-19. Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, referente à regulamentação do acordo direto para o pagamento com desconto ou parcelado de precatórios federais, e a destinação dos recursos obtidos ao enfrentamento da situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia de coronavírus, ou para o pagamento de dívidas da União contraídas no combate à Covid-19. Razão do posicionamento do PSOL contrário à aprovação do mérito da proposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PSOL é contra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Quer que a votação seja nominal?

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Pode ser, Presidente. Eu queria só esclarecer por que somos contra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Está bem. Aguarde só um minutinho.

Está iniciada a votação.

Pode falar, Deputada.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Obrigada.

Quero só concluir o pensamento, Deputado Enio. Estamos num momento muito grave do nosso País. Infelizmente, 37.712 pessoas já perderam a vida por causa da COVID-19. Obviamente, nós somos a favor da urgência em relação a todas as matérias que oferecem condições de enfrentamento da pandemia, embora o pior estorvo para combater a pandemia seja, de fato, o Governo Bolsonaro e essa linha obscurantista que lamentavelmente domina o nosso País, ou melhor, o Palácio do Planalto, não o País inteiro.

Felizmente, somos 70% da população que acreditamos e lutamos pela ciência, pela verdade e por medidas concretas para proteger o nosso povo.

O PL 1.581/20 não trata do mérito do enfrentamento da pandemia e, na

verdade, piora as condições do povo quanto ao acesso aos precatórios nesta situação nacional de combate à pandemia.

O PSOL, portanto, é contra. A nossa orientação de voto é "não".

Além dos precatórios, o PL inclui dívidas que também são desfavoráveis aos interesses dos trabalhadores e da sociedade de uma forma geral. No momento oportuno, vamos debater isso.

Fica registrada a nossa contrariedade à urgência desse projeto.

Documento 5/110

74.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/06/2020- CD	15:04
Publ.: DCD - 10/06/2020 - 35	MARCELO RAMOS-PL -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Esclarecimento à Deputada Fernanda Melchionna sobre o teor do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, relativo à regulamentação do acordo direto para o pagamento com desconto ou parcelado de precatórios federais, e à destinação dos recursos obtidos ao enfrentamento da situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia de coronavírus, ou para o pagamento de dívidas da União contraídas no combate à Covid-19.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero só fazer um registro, porque acho que a fala da Deputada Fernanda é contraditória em relação ao conteúdo do projeto.

O projeto não trata de pequenos precatórios, que seguem uma fila, principalmente quando são de natureza alimentar. O PL trata de grandes precatórios, abre a possibilidade de que, no caso desses grandes precatórios, sejam negociados até 40% de desconto e de que esses 40% economizados sejam destinados para o combate à COVID, por meio de ações do Ministério da Saúde.

É importante fazer essa ressalva, porque o projeto não tem nenhuma relação com o que foi dito pela Deputada Fernanda, com todo o respeito que mereça a fala dela. É algo, sim, que vai garantir recursos para a COVID, que vai possibilitar economia para o Governo Federal no caso de grandes precatórios.

74.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/06/2020- CD	15:04
Publ.: DCD - 10/06/2020 - 36	VINICIUS POIT-NOVO -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, referente à regulamentação do acordo direto para o pagamento com desconto ou parcelado de precatórios federais, e à destinação dos recursos obtidos ao enfrentamento da situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia de coronavírus, ou para o pagamento de dívidas da União contraídas no combate à Covid-19.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, obrigado pela oportunidade.

Na verdade, além de registrar o voto "sim" do NOVO, de reforçar o que já está no painel, quero falar sobre a votação anterior.

Antes, ressalto a proximidade e a abertura de diálogo com o Deputado Zé Silva e a minha admiração por ele. Nós já trabalhamos juntos em relação a outros temas. Eu faço parte da FPA.

A questão aqui é de algumas dúvidas a respeito da dificuldade logística. Eu tomo como exemplo o Estado de São Paulo, que enfrenta uma dificuldade logística muito grande para levar comida *in natura* à casa das crianças. Há estudantes, por exemplo, que não estão indo à escola. Por isso foi desenvolvido algo através de tecnologia para dar o crédito às mães, a fim de que possam comprar esse alimento.

Eu me preocupo muito com agricultura familiar. Sou neto de agricultor familiar. É uma classe que me sensibiliza.

Agora vou procurar o Deputado Zé Silva para esclarecer essas dúvidas e ver o que conseguimos melhorar no texto.

Foi por isso que o NOVO orientou "não" à urgência, Sr. Presidente.

Obrigado.

74.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/06/2020-
CD 15:08
Publ.: DCD - 10/06/2020 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC
37
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, referente à regulamentação do acordo direto para o pagamento com desconto ou parcelado de precatórios federais, e à destinação dos recursos obtidos ao enfrentamento da situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia de coronavírus, ou para o pagamento de dívidas da União contraídas no combate à Covid-19.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PCdoB vai manter o voto "sim", até porque identificamos que todos os descontos previstos neste PL seriam para investimento no combate ao coronavírus. Então, vamos manter o voto "sim" à urgência e, na fase de análise do mérito, vamos fazer a discussão, exatamente para que não haja risco de que esse desconto deixe de ir para o combate ao coronavírus.

Documento 8/110

74.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/06/2020-
CD 15:12
Publ.: DCD - 10/06/2020 - FÁBIO TRAD-PSD -MS
40
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Maior atenção dos Deputados na votação do mérito do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, referente à regulamentação do acordo direto para o pagamento com desconto ou parcelado de precatórios federais, e à destinação dos recursos obtidos ao enfrentamento da situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia de coronavírus, ou para o pagamento de dívidas da União contraídas no combate à Covid-19. Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.411, de 2020, sobre a autorização aos profissionais de saúde da dedução da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Física, constante na Lei nº 9.250, de 1995, da aquisição de equipamentos de proteção individual, adquiridos entre 26 de fevereiro de 2020 até o fim da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, no limite máximo individual de R\$ 3.500,00 (três mil e

quinhentos reais).

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na realidade, eu pedi para falar a respeito do projeto anterior, mas a urgência já foi aprovada. Quero apenas pedir aos colegas Parlamentares que analisem com mais atenção o mérito da proposta, porque ela é extremamente engenhosa e não causa prejuízo à União. Ela faz muito bem ao poder público no combate à pandemia. Ela só vai ser concretizada se, evidentemente, aqueles que acordarem com a União aceitarem de forma explícita os termos do acordo. Não há razão relevante, pelo menos no meu modesto sentir, que possa obstar uma medida que vai resultar em muitos recursos para o combate à pandemia.

Faço este apelo aos colegas Parlamentares, para que analisem judiciosamente o mérito do projeto de lei cuja urgência foi aprovada.

O PSD vota "sim" em relação a esta matéria.

Documento 9/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	17:52
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 126	FÁBIO TRAD-PSD -MS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Passo à leitura do voto:

"II - Voto do Relator

II.1 - Compatibilidade e Adequação Financeira e Orçamentária

O Regimento da Câmara dos Deputados (RICD, art. 32, X, alínea 'h', e



art. 53, II) prescreve o exame de compatibilidade ou adequação da proposição com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a lei orçamentária do orçamento anual. A referida análise considera ainda as normas pertinentes à receita e à despesa públicas, dentre elas, as partes correlatas da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A matéria contempla medidas oportunas que são do interesse da União ao regulamentar a realização de acordos com detentores de precatórios mediante descontos que deverão obedecer ao limite de 40% dos respectivos valores.

Ao mesmo tempo, a proposta dispõe que os recursos poupados com os descontos obtidos nas referidas operações serão destinados ao financiamento das ações de enfrentamento da crise sanitária ou ao pagamento de dívidas contraídas pela União para fazer frente a tal situação emergencial. São, pois, providências complementares consentâneas com o cenário de crise que afeta a saúde da população, com a vantagem adicional de contribuírem para reduzir passivos (crescentes) da União com precatórios.

Não há óbices, pois, à admissibilidade financeira da matéria, em especial por conta da vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020. A Emenda Constitucional nº 106, de 2020, institui regime extraordinário fiscal para enfrentamento de calamidade pública decorrente de pandemia. A proposição atende às exigências da sobredita emenda constitucional, que afasta a exigência de demonstração de adequação orçamentária em relação à expansão de programas destinados ao enfrentamento da crise causada pelo novo coronavírus (COVID-19), desde que não sejam criados compromissos de natureza permanente.

II.2 - Exame de Mérito na Comissão de Finanças e Tributação

O Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, apresenta méritos inegáveis ao regulamentar na esfera federal o disposto no § 20 do art. 100 da Constituição Federal, dispositivo introduzido pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016, nos seguintes termos:

'Art. 100.

§ 20. Caso haja precatório com valor superior a 15% (quinze por cento) do montante dos precatórios apresentados nos termos do § 5º deste artigo, 15% (quinze por cento) do valor deste precatório serão pagos até o final do exercício seguinte e o restante em parcelas iguais nos cinco exercícios subsequentes, acrescidas de juros de mora e correção monetária, ou mediante acordos diretos, perante Juízos Auxiliares de Conciliação de Precatórios, com redução máxima de 40% (quarenta



por cento) do valor do crédito atualizado, desde que em relação ao crédito não penda recurso ou defesa judicial e que sejam observados os requisitos definidos na regulamentação editada pelo ente federado.'

Como vimos na parte final do dispositivo, fica claro que cabe a cada ente federado (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) regulamentar as condições para celebração de acordos envolvendo o pagamento de precatórios. Por oportuno, acordos dessa ordem já foram objeto de regulamentação em Estados, no Distrito Federal e em boa parte das capitais.

O pagamento de precatórios, espécie do gênero execução de sentenças judiciais, mediante acordos diretos, perante Juízos Auxiliares de Conciliação de Precatórios, com redução de até 40% do valor do crédito atualizado, desde que em relação ao crédito não penda recurso ou defesa judicial, é do interesse do poder público pela oportunidade de reduzir os encargos dos precatórios, abrindo espaços e economizando recursos para o atendimento de áreas do interesse direto da população.

Concordamos com o Deputado Marcelo Ramos quando diz que a solução consensual de conflitos dessa ordem não apenas poupa recursos que poderão ser empregados no enfrentamento da crise sanitária que assola o País, como reduz a sobrecarga de trabalho imposta ao Poder Judiciário, assoberbado com litígios contra a Fazenda Pública, que se prolongam por anos a fio. Os processos judiciais passíveis de acordo, como dívidas líquidas e certas, resultariam em desembolso pelos cofres públicos, eis que já transitados em julgado ou fundados em jurisprudência dominante, o que também serviria de estímulo à sua desjudicialização.

Neste contexto, apoiamos a proposta de buscar alternativas para que a União possa fazer uso da prerrogativa que lhe confere o § 20 do art. 100 da Constituição Federal de acenar para os credores de precatórios com a possibilidade de firmar acordos de interesse mútuo para o pagamento destes débitos em prazo mais curto com deságio acordado entre as partes.

A excessiva litigiosidade de temas envolvendo a Fazenda Pública é de todos conhecida. A judicialização acaba sendo o principal método de solução das controvérsias, o que gera incontestável ônus ao Poder Judiciário, com grave impacto em sua eficiência e no andamento dos processos.

Na maioria dos casos - especialmente naqueles abrangidos na presente proposição - tais discussões judiciais já têm desfecho previsto desde seu ajuizamento, em função de jurisprudência consolidada acerca das matérias judiciais. Relevante, portanto, o propósito do

projeto de lei de contribuir para a desjudicialização de controvérsias cujas chances de êxito da Fazenda Pública foram superadas em função de decisão transitada em julgado. Não há dúvidas de que os acordos judiciais são mais baratos para a União do que uma condenação judicial, levando-se em conta o custo de se acompanhar o processo judicial e de se aparelhar o Poder Judiciário para o julgamento das inúmeras causas dessa ordem. A AGU estima em cerca de 30% de economia para a União a realização destes acordos em relação ao custo dos processos até o desfecho final da decisão judicial.

Entendemos, no entanto, que cabem alguns ajustes na proposição, com o cuidado de não colocar em risco seus propósitos, e é o que faremos por meio do substitutivo que estamos apresentando.

Comentaremos os pontos que julgamos mais relevantes da matéria no que concerne ao interesse de credores e devedores nos litígios a que se refere a proposição.

Vamos, inicialmente, estender o alcance da medida também para as autarquias e fundações públicas na esfera federal, o que nos levará a alterar o art. 1º da proposição para abrigar tais mudanças.

No *caput* do art. 2º do substitutivo, estamos admitindo que as propostas de acordo direto para pagamento de precatório nos termos do § 20 do art. 100 da Constituição Federal poderão ser apresentadas tanto pelo credor como pelo ente devedor, no caso a União, suas autarquias e fundações, perante o Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios vinculado ao Presidente do Tribunal que proferiu a decisão exequenda.

No § 3º do retrocitado "art. 5º" de nosso substitutivo, estamos deixando claro que a proposta de acordo direto, perante o Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios, se aceita pelas partes em litígio, tem que observar o limite máximo de desconto de 40% do valor do crédito atualizado nos termos legais, em conformidade com o previsto no § 2º do art. 20 da Constituição Federal.

A redação do art. 3º do substitutivo é feita em sintonia com o disposto no art. 2º no que concerne ao direito das partes em litígio em formular proposta de acordo perante o Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios que a homologará, dando conhecimento ao Presidente do Tribunal para que sejam adotadas as medidas cabíveis.

A nova redação dada ao art. 4º do substitutivo tem como objetivo não engessar a atuação da AGU na realização dos acordos terminativos de litígio de que trata o art. 1º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, ou

o § 12 do art. 19 da Lei nº 10.522, de 2002.

A redação que demos aos incisos I e II do § 1º ainda do art. 4º do nosso substitutivo resguarda o interesse público em tais acordos e, ao mesmo tempo, promove a diferenciação necessária no tratamento que deve ser dado entre títulos executivos judiciais transitados em julgado e não transitados em julgado, observado o disposto no § 5º do mesmo artigo em relação ao pagamento das parcelas referentes a tais acordos, que deve considerar as disponibilidades orçamentárias e financeiras da União para o pagamento dos débitos judiciais em cada exercício financeiro.

O primeiro ajuste feito no § 5º do art. 4º foi feito para atender ao Ministério da Economia, no sentido de que os encargos com os acordos celebrados ao amparo (...)"

Sr. Presidente, quero fazer um pedido a V.Exa.

Eu fiz um ajuste de conteúdo da redação, incorporando uma sugestão de alguns Governadores do Nordeste. Já está autenticado, mas eu preciso assinar e enviar.

Então, eu peço 2 minutos a V.Exa. para que eu possa fazer isso agora.

Pode ser?

(Durante o discurso do Sr. Fábio Trad, o Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Lima, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Lima. PSL - RJ) - Sem problema, Deputado. Fique à vontade.

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS) - Muito obrigado. *(Pausa.)*

Documento 10/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	18:00
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 129	MARCELO RAMOS-PL -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais,

bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas ressaltar a importância deste projeto, que é de minha autoria e foi feito em diálogo com a Ordem dos Advogados do Brasil.

Este projeto objetiva regulamentar o art. 100, § 20, da Constituição Federal, já regulamentado em vários Estados, a exemplo do Ceará, e no Distrito Federal. O projeto tem como objetivo que os grandes precatórios possam ser objeto de acordo, obviamente com a participação tanto do Governo Federal como do credor, sendo mediado por um juiz específico de conciliação em precatórios.

Nós vamos, com isso, trazer economia para o Estado, garantir o recebimento mais rápido para o credor e diminuir o número de contenciosos, de processos judiciais, dando mais celeridade à Justiça.

Eu espero sensibilidade de todos.

Documento 11/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	18:08
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 131	FÁBIO TRAD-PSD -MS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Conclusão do parecer ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Nós estamos nos encaminhando para a conclusão do voto, Sr. Presidente, e o substitutivo oferecido, inclusive, já está no

sistema.

Portanto, retomando, "o primeiro ajuste feito no § 5º do art. 4º foi feito para atender ao Ministério da Economia no sentido de que os encargos com os acordos celebrados ao amparo da norma terão que respeitar o teto das dotações orçamentárias previstas para o pagamento de débitos judiciais em cada exercício financeiro; o segundo ajuste, em atenção a pleitos recebidos de nossos colegas nesta Casa, foi feito para determinar que as parcelas dos acordos celebrados entre a União e os credores, com a finalidade de serem encerrados os litígios de que trata a proposição, independentemente de os títulos executivos judiciais já terem transitado em julgado, serão pagas a partir do ano subsequente ao da realização.

Na sequência, efetuamos um ajuste na redação do art. 5º do substitutivo, acolhendo oportuna sugestão contida na Emenda de Plenário nº 4 para evitar eventual inconstitucionalidade por atribuir competência a órgão (AGU) do Poder Executivo, como constava da proposição.

No art. 6º do substitutivo, assinalamos que se aplica o disposto no art. 40 da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, aos servidores e agentes públicos, inclusive os ocupantes de cargo em comissão, que participarem do processo de composição judicial regulamentado por esta lei.

Atendendo à oportuna sugestão do Líder do PSDB, Deputado Carlos Sampaio, concordamos com suas ponderações em relação ao teor do art. 7º na versão anterior de nosso substitutivo no sentido de restringir a aplicação dos recursos economizados em função dos acordos celebrados pela União apenas ao combate da pandemia do novo coronavírus, caso tais acordos venham a ser realizados na vigência do estado de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, observado o disposto no *caput* do art. 3º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, *in verbis*:

Art. 3º Desde que não impliquem despesa permanente, as proposições legislativas e os atos do Poder Executivo com propósito exclusivo de enfrentar a calamidade e suas consequências sociais e econômicas, com vigência e efeitos restritos à sua duração, ficam dispensados da observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa e à concessão ou à ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

Ao atendermos ao apelo do Líder do PSDB, ficam contemplados na nova redação que demos anteriormente ao art. 7º do substitutivo os Destaques nºs 4 e 6, que mandam suprimir o inciso II do *caput* do

citado art. 7º, agora não mais remanescente.

Por oportuno, esta foi uma demanda que também foi feita pelo Ministério da Economia, com o objetivo de deixar a critério do Poder Executivo o que fazer com os recursos poupados decorrentes dos acordos aqui referidos, depois de mitigados, como todos esperamos, os efeitos da pandemia da COVID-19 sobre nossa população.

Em função da alteração do art. 7º, mudamos a ementa do substitutivo, uma vez que ela fazia menção à possibilidade de aplicar recursos economizados com as operações de que trata a proposição também no pagamento da dívida pública mobiliária da União no período seguinte ao da vigência do estado de calamidade pública.

Acolhemos a Emenda de Plenário nº 12, na redação que demos ao art. 8º, para permitir que os acordos a que se refere o substitutivo possam ser estendidos também aos precatórios cuja origem tenha sido demanda judicial que teve por objeto os repasses da União ao FUNDEF a que se referia a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, atendendo assim a um justo pleito dos Governadores dos Estados do Nordeste.

A título de conclusão, estamos acolhendo a presente matéria pela Comissão de Finanças e Tributação, na forma do substitutivo sobre o qual discorreremos e que se encontra anexo ao presente parecer.

Exame de Mérito de Constitucionalidade na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Sob o prisma preliminar da constitucionalidade, não se verifica vício de origem na proposição, já que a matéria nela regulada não se encontra arrolada dentre as competências privativas do Presidente da República, arroladas nos arts. 61 e 84 da Carta Magna.

Quanto à espécie normativa utilizada, verifica-se acertada a escolha de veiculação da matéria por projeto de lei ordinária, uma vez que não há nela conteúdo expressamente reservado pela Constituição à lei complementar.

O PL harmoniza-se com o ordenamento jurídico vigente, não se vislumbrando qualquer impedimento a sua aprovação. Quanto à técnica legislativa, há observância das normas constantes da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Mostram-se, pois, atendidos os requisitos de constitucionalidade, juridicidade, inclusive quanto à técnica legislativa e regimentalidade.

Em relação ao mérito, já destacamos a oportunidade da matéria,

observando-se sua aderência ao princípio da razoabilidade e o respeito ao princípio do contraditório, garantindo às partes litigantes o devido processo legal.

Conclusão do nosso voto.

Diante de todo o exposto:

I - Pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT), votamos pela adequação financeira e orçamentária da matéria, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, nos termos do substitutivo anexo.

II - Pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, nos termos do substitutivo que foi apresentado na Comissão de Finanças e Tributação."

É o voto, Sr. Presidente.

Documento 12/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	18:12
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 133	MARCELO RAMOS-PL -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, um dos grandes problemas do nosso País é o contencioso, principalmente nas relações entre o cidadão e o poder público.

O Brasil criou o mecanismo dos precatórios, e a Constituição diferenciou os pequenos precatórios e os grandes precatórios, conceituando como grandes precatórios aqueles precatórios cujo valor

excede 15% da previsão orçamentária anual para pagamento de precatórios.

Esses precatórios não entram na fila. O § 20 do art. 100 da Constituição Federal permitiu aos entes federativos estabelecerem mecanismos de acordo nesses grandes precatórios. Alguns Estados, como Ceará e Distrito Federal, regulamentaram, e a União nunca regulamentou essa possibilidade.

O que nós estamos fazendo é regulamentar essa possibilidade através desse projeto de lei, destinando, no ano de 2020, todo o valor descontado nesses acordos de grandes precatórios para o Ministério da Saúde em ações de combate à COVID-19, mas desvinculando esses valores a partir do ano de 2021. Nós vamos possibilitar a diminuição de processos judiciais, nós vamos possibilitar o recebimento mais rápido por parte do credor e vamos possibilitar, por outro lado, que o Governo Federal economize recursos, já que a previsão é de desconto de até 40%.

Portanto, é um mecanismo necessário, previsto na Constituição, que há tempos aguardava por regulamentação, e essa regulamentação surgiu.

Houve demandas de Governadores que foram acatadas relacionadas aos precatórios do FUNDEF. Quero destacar aqui o empenho absoluto do Deputado JHC, que lutou para que nós mantivéssemos a garantia da vinculação dos recursos de precatórios do FUNDEF para pagamento de professores. Isso é muito importante ficar registrado aqui. Ao mesmo tempo, quero destacar também o esforço do Governador Flávio Dino para que nós pudéssemos incluir a possibilidade, também, de acordo em precatórios do FUNDEF, buscando uma medida de absoluto equilíbrio.

Quero, por fim, agradecer todo o esforço, a capacidade de diálogo do Relator, o Deputado Fábio Trad, e, também, a capacidade de diálogo do Governo, que, através do Ministério da Economia, através da Secretaria de Governo, o tempo inteiro fez demandas que nós conseguimos contemplar no relatório.

Esse caminho do diálogo é o caminho que nos vai fazer avançar e aprovar, nesta Casa, medidas a favor do Brasil.

Muito obrigado.

Publ.: DCD - 16/07/2020 - ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP
134

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Incompetência e despreparo do Presidente Jair Bolsonaro. Críticas à atuação do Ministro da Economia, Paulo Guedes.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, esta Casa deu inúmeros exemplos, soluções, durante esta crise, propondo e votando de início o auxílio emergencial, mas também aprovou inúmeras outras leis, inúmeras outras medidas. Além disso, há diversas outras sugestões positivas que partiram do Parlamento.

E essa proposta do Deputado Marcelo Ramos, bem relatada pelo Deputado Fábio Trad, é mais uma sugestão legislativa boa, no sentido de que aquele desconto, através da negociação no pagamento de precatórios durante a pandemia, seja revertido justamente para combater a crise com medidas sanitárias e com outras ações necessárias neste momento que estamos vivendo.

Então o Parlamento, mais uma vez, está de parabéns. Porém, podemos fazer mais. Temos condições. Basta vontade política.

Diferentemente do Parlamento, que está criando, que está debatendo, que está sugerindo, que está aprovando, a omissão do Executivo é brutal. É um Presidente despreparado. É um Presidente incompetente. É um Governo muito mais do que atrapalhado. É um Governo que não tem coragem de enfrentar os problemas.

O Ministro Guedes é um Ministro que busca soluções fáceis, mas que vai na contramão daquilo que é necessário. O Ministro Guedes não quer que o Estado seja protetor, acolhedor, provedor de políticas, e que consiga explorar a nossa riqueza em benefício do nosso povo.

Então nós temos uma diferença brutal. O Parlamento não pode entrar na onda do Governo. Tem que ter a construção de medidas positivas como essa, mas podemos ter outras. Seguir o exemplo do Governo Bolsonaro só fará agravar a nossa crise no País. Seguir o exemplo do

Governo Guedes significa destruir o Brasil. Nós temos que fazer o oposto: fortalecer o nosso País, garantir as políticas públicas necessárias para o bem-estar e a dignidade do nosso povo.

Documento 14/110

91.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020-
CD 18:20

Publ.: DCD - 16/07/2020 - JORGE SOLLA-PT -BA
135

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Defesa da apreciação de vetos presidenciais pelo Congresso Nacional. Protesto contra a oposição de veto ao art. 16 do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, acerca da atualização do marco legal do saneamento básico.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Nós estamos com certeza com uma posição bastante proativa, eu diria, do Parlamento de tomar medidas importantes para o enfrentamento desta crise sanitária que se abate sobre o Brasil e o mundo.

A diferença é que o Brasil é o país em pior situação, infelizmente, para fazer esse enfrentamento. Apesar das medidas do Legislativo, o Executivo tem uma atitude de aliado do vírus, de opositor à vida e à saúde da população.

Esse projeto de autoria do Deputado Marcelo Ramos, com o Deputado Fábio Trad como Relator, eu diria que evoluiu bastante incorporando propostas inclusive de Governadores e de outros Parlamentares, mas ainda precisa ser aperfeiçoado. Nós temos, Presidente, alguns destaques com que vamos tentar alterar o texto nessa direção.

O que não podemos continuar aceitando é a posição absurda do Governo na sua relação com o Parlamento. Se há um Líder do Governo no Parlamento que apoia o projeto, se os Parlamentares da base do Governo votam a favor no projeto, se o representante do

Governo e os seus aliados apresentam propostas para fechar um acordo para o projeto ser aprovado ou ter uma votação suficiente para ser aprovado, como depois o Presidente faz vetos bárbaros a projetos aprovados por esta Casa?

Se já não bastassem os vetos ao auxílio emergencial, que retiraram os trabalhadores rurais, os pescadores; se já não bastassem os vetos ao uso obrigatório de máscaras em escolas, em comércios, em templos; se já não bastassem os vetos à política de combate ao coronavírus na população indígena em nosso País, hoje fomos surpreendidos - ou melhor, mais uma vez fomos atacados. O Legislativo foi atacado mais uma vez. Não são mais surpresa esses vetos absurdos do Presidente insano e sua quadrilha. Hoje são os vetos ao Marco do Saneamento.

Presidente, é bom lembrar que entre os vetos estão posições que vão destruir as empresas públicas. O veto ao artigo sobre a renovação dos contratos das estatais com os Municípios vai atacar de morte as empresas públicas do setor, vai inviabilizar o seu funcionamento, vai alcançar o que eles querem: viabilizar que os Municípios lucrativos sejam entregues imediatamente à iniciativa privada e aqueles que dão prejuízo fiquem para as estatais, que não irão conseguir se manter.

Sem esse artigo, os contratos em final de prazo não poderão ser renovados. Nós vamos destruir o saneamento básico deste País. O Presidente Bolsonaro vai destruir o acesso à água deste País, como já está destruindo a educação, está destruindo a saúde, está destruindo o meio ambiente.

Nós precisamos votar esses vetos absurdos imediatamente. Essa sessão de amanhã do Congresso há que acontecer e não pode ser desmarcada mais uma vez, e é preciso colocar na pauta os vetos que não estão ainda pautados, como esse que destrói a ação pública na área de saneamento, de acesso à água em todo o País. É um absurdo, mais um, deste Governo insano, genocida e irresponsável!

Obrigado, Presidente.

Documento 15/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	18:28
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 136	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário



Discussão do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Prioridade na Casa na votação de proposições destinadas ao enfrentamento da pandemia de coronavírus. Necessidade de votação e rejeição de vetos presidenciais apostos a proposições aprovadas pelo Congresso Nacional, especialmente aos apostos ao Projeto de Lei nº 5.815, de 2019, acerca da prorrogação do prazo de utilização do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE; ao Projeto de Lei nº 1.142, de 2020, sobre as medidas de prevenção do contágio e da disseminação de coronavírus em territórios indígenas; a criação do Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 em Territórios Indígenas; a adoção de medidas de apoio às comunidades quilombolas e aos demais povos e comunidades tradicionais para enfrentamento da doença; e a alteração da Lei nº 8.080, de 1990, com vista à garantia do aporte de recursos adicionais em situações emergenciais e de calamidade pública; e à Medida Provisória nº 936, de 2020, acerca da instituição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, com aplicação durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020. Defesa de abertura de CPI para investigação de crimes vinculados ao ex-assessor parlamentar do então Deputado Estadual, Flávio Bolsonaro, Fabrício José Carlos de Queiroz. Retomada da CPMI das Fake News.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Presidente, boa tarde. Aliás, boa noite.

Parece-me que o relatório do Deputado Fábio Trad responde a uma série de questões importantes do projeto. Portanto, a condução política principal que resta às Oposições é votar a favor do projeto, inclusive à nossa bancada.

Mas eu quero também, Presidente, aproveitar neste momento, já que tenho uns 2 minutos, para falar de uma cobrança que nós precisamos fazer sobre a pauta da Câmara. Nós precisamos voltar ao acordo original da reunião de Líderes, em que eu ainda participava como Líder da Minoria. Trata-se daquela proposição de que só devemos votar matérias vinculadas à pandemia e às soluções para a pandemia.

Por isso, eu não consigo compreender determinadas pautas que estão entrando, e nós precisamos recolocar o nosso debate a partir da necessidade da demanda central da sociedade. Nós precisamos votar matérias vinculadas ao SUS, à saúde.

Eu apresentei um projeto - e depois também o Deputado Alexandre

Padilha, e virou um único projeto -- que trata da garantia da licença compulsória no campo das patentes, por exemplo, na medida em que podem surgir medicamentos e vacinas, que já estão em proposição e que não podem seguir a ganância do mercado.

Nós precisamos também votar a extensão do auxílio emergencial sem nenhum centavo a menos até dezembro e estendê-lo pelo menos enquanto vigor o decreto de calamidade pública. Nós temos que garantir os 600 reais e, depois, garantir que um projeto de renda mínima ou de renda básica permanente ocorra a partir de um novo debate sobre o que seria a renda mínima. Esse é um debate fundamental.

Nós precisamos avançar em pautas que de fato respondam à demanda da sociedade. E o Congresso precisa, de fato, colocar os vetos em pauta, para que nós possamos, aí, sim, derrotar tudo aquilo que o Congresso acordou votar, que, na grande maioria, foi por unanimidade - ou quase isso, faltando um partido. Os vetos têm que ser derrubados.

Dentre eles entra o da CONDECINE, que trata do prazo do audiovisual, que é o Veto 62. Entram os vetos da Lei nº 1.142, que dispõe sobre as populações indígenas e quilombolas deste País, que foi votado por acordo e teve 16 vetos. Entram também os vetos da Medida Provisória nº 936, de 2020, que gera muitos prejuízos aos trabalhadores brasileiros no campo da proteção do emprego e dos direitos.

Portanto, Presidente, nós precisamos voltar ao trilho da pauta fundamental para garantir que ela avance na relação com a proteção social e com a garantia do emprego, da renda e do SUS, inclusive vinculada à ciência, à produção tecnológica e à produção de insumos.

Por fim, nós precisamos colocar em pauta a CPI que investiga os crimes vinculados a Queiroz, referente às denúncias feitas inclusive pelo ex-Ministro Moro, e fazer voltar a funcionar a CPI das Fake News, que está fazendo muita falta nesse processo de investigação.

Obrigada, Presidente.

Documento 16/110

91.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	15/07/2020-18:36
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 139	JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	QUESTÃO ORDEM	DE DE
		QUESTÃO ORDEM	

Sumário

Questão de ordem sobre a inadmissibilidade das Emendas de Plenário de nºs 1 e 13 por incompatibilidade temática, oferecidas ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Presidente, quero alertar que há duas emendas de plenário que são matérias estranhas ao projeto: Emendas nºs 1 e 13.

Nós queremos fazer uma questão de ordem justamente porque essas duas emendas tratam de Imposto de Renda de instituições religiosas.

De acordo com o art. 125 do Regimento, tratando-se de matérias estranhas, não deveriam ser admitidas essas emendas.

Obrigado, Presidente.

Documento 17/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	18:40
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 140	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Avanço da Covid-19 no Estado do Rio Grande do Sul. Necessidade de reabertura das agências do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS no País.



O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, essa questão dos precatórios para nós é importante, na medida em que os cidadãos, as cidadãs, as empresas, os empreendedores, os empresários que têm créditos a receber da União nessa hora precisam desse dinheiro e a União está lhes devendo.

O propósito é que a União, na verdade, economize, propondo o pagamento com desconto. Aquele que aceitar o desconto vai receber o precatório, e o que a União economizar vai poder ser investido no combate ao coronavírus, ou seja, Presidente, é um ganha-ganha. Ganha o cidadão, ganha a empresa, ganha o empresário, o empreendedor, ganha o credor e o devedor. E a União não deixa de ganhar também, porque ela vai economizar e o tanto que economizar vai poder investir exatamente naquilo de que nós tanto precisamos: hospitais, máquinas de respiração, estruturas para UTIs, leitos hospitalares, remédios - estão faltando remédios! -, testes, muitos testes. Tudo isso é preciso nessa hora para que nós enfrentemos a pandemia.

Aqui no Rio Grande do Sul, Presidente, nós estamos no momento mais difícil, no momento mais delicado da epidemia. Aquilo que aconteceu em São Paulo, aquilo que aconteceu lá no Ceará, no Pará, na Amazônia, ou seja, aquele pico que passou por lá está chegando aqui em pleno inverno, um inverno rigoroso, um inverno com noites geladas, geadas, temperaturas negativas. Isso dificulta ainda mais, porque as doenças respiratórias agravam-se, e nós temos consciência disso. Por isso, é preciso nessa hora nós buscarmos todos os meios, todas as formas, todas as maneiras de nos prepararmos, enfim, de consolidarmos recursos, verbas da União, para que possamos atender às demandas, inclusive, Presidente, dos Municípios, que tiveram socorro.

Hoje, a questão social, a assistência social quem faz é o Município. Não tenha dúvida, a questão da saúde está sendo resolvida pelos Municípios. Isso está estourando nas mãos dos Prefeitos, nas mãos das Prefeituras.

O INSS, na questão da seguridade social, Presidente, está parado, fechado. Dizem que vão abrir em agosto. Na verdade, nós precisamos que esse tripé funcione nessa hora, que a seguridade social por completo aconteça. A questão social, o atendimento às demandas do povo pobre está sendo feito pelas Prefeituras. A demanda referente à saúde está acontecendo modestamente, mas o INSS não está respondendo.

Então, a União precisa fazer duas coisas: mandar mais recursos para a saúde e mandar que o INSS funcione para atender ao auxílio-doença, atender ao socorro, porque o cidadão mais humilde, mais pobre, o

contribuinte, o freguês do INSS está mal atendido nessa hora.

Por isso, Sr. Presidente, nós votamos pela aprovação, porque é importante que os precatórios nessa hora socorram o povo. O Governo economiza, e o que economiza nós vamos investir em saúde.

Muito obrigado.

Documento 18/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	18:44
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 141	- ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Militarização do Ministério da Saúde. Repúdio à necropolítica adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro com relação à pandemia de coronavírus. Necessidade de votação e aprovação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2015, acerca da transformação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, em instrumento permanente de financiamento da educação básica pública. Elevação dos índices de desmatamento na Amazônia. Venda depreciada, pelo Banco do Brasil, da carteira de crédito para o BTG Pactual Serviços Financeiros, entidade ligada ao Ministro da Economia, Paulo Guedes. Propósito do Governo Jair Bolsonaro de privatização da água, revelado na aposição de veto ao art. 16 do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, sobre a atualização do marco legal do saneamento básico.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Na verdade, nós não somos contrários a essa proposição, aos descontos no pagamento de precatório. Esse valor seria destinado ao enfrentamento da pandemia, que o Governo Federal em verdade boicota. O Presidente Bolsonaro tem boicotado, sabotado todo o enfrentamento da pandemia.

Quarenta por cento do contágio são evitados - estima-se - com a utilização de máscara, que o Presidente quer retirar. O isolamento

salva milhões de vidas no mundo inteiro, e o Presidente estimula que se rompa o próprio isolamento e tem um profundo desrespeito com este País, que se expressa como ele trata o Ministério da Saúde, que está sob intervenção militar, eu diria.

São dezenas de militares que estão ocupando postos-chaves e desconstruindo todas as políticas que perpassaram vários Governos.

Há uma tentativa de dominar o Estado, para que o Estado lhe sirva e sirva a sua própria família e impeça que haja um processo de investigação sobre os indícios gravíssimos que estão postos com relação ao seu núcleo familiar, para além da sua proximidade e do seu acalanto com a própria milícia.

Portanto, é uma necropolítica que está em curso. Essa necropolítica vai se expressar também na tentativa de retirar do Brasil os seus instrumentos estratégicos para que possa enfrentar a própria crise.

Eu falo agora da educação. O novo FUNDEB é uma necessidade, porque não há crises que possam ser superadas se não houver um profundo investimento na educação.

Nós falamos do auxílio aos agricultores e agricultoras familiares. Estamos falando também de uma soberania que o Governo tenta cindir, ferir, que se expressa no desprezo pelo próprio meio ambiente no passar a boiada.

Mas esse passar a boiada não está só na política ambiental. Tem crescido o desmatamento na Amazônia, o que tem feito inclusive com que o Brasil tenha a ameaça de perder uma série de investidores.

Aliás, o Brasil tem perdido investidores, mas eu também me refiro às tentativas privatistas. O Banco do Brasil vendeu uma carteira, estima-se, com o valor de 3 bilhões pelo menos por 400 milhões para um banco que tem o DNA do Sr. Paulo Guedes, o BTG Pactual.

A Caixa Econômica está vendendo a seguridade, e a seguridade está vendendo uma verdadeira falcatura. Fez um sindicato dos bancos, e dele fazia parte o banco de onde saiu o Presidente da Caixa e também o Sr. Paulo Guedes.

Portanto, eles buscam entregar o País, desprezando o próprio povo brasileiro.

Os vetos que foram postos no marco do saneamento são para privatizar a água - privatizar a água! Essa é a opção que se faz para a preservação. Isso é a sacralização do lucro dos bancos e o desprezo

pela população brasileira.

Por isso, esse Governo faz mal para a saúde! Esse Governo faz mal para a economia! Esse Governo destrói CPFs e destrói CNPJs!

Documento 19/110

91.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020-
CD 18:48

Publ.: DCD - 16/07/2020 - ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP
142

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Necessidade de liberação aos Estados e Municípios às pequenas e microempresas, pelo Governo Federal, de recursos aprovados pelo Congresso Nacional para enfrentamento da Covid-19.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Primeiro, quero cumprimentar o Deputado Marcelo Ramos pela iniciativa, quando vincula a economia feita pela União na negociação de precatórios a mais recursos para se combater a pandemia de coronavírus, principalmente no momento atual, ainda mais dramático, quando batemos mais de 75 mil mortes, lamentavelmente, esta semana.

Ainda que registremos a importância da iniciativa do Deputado Marcelo Ramos, nós todos sabemos que a falta de combate ao coronavírus não se dá por falta de possibilidade de dinheiro, exatamente por tudo aquilo que já aprovamos na Câmara dos Deputados e também no Senado Federal.

Não há mais a meta fiscal. Não tem que se cumprir a regra de ouro. Portanto, até a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, neste momento, está contornada para que o Governo Federal, tendo todos os instrumentos, possa destinar recursos.

Não é a mesma situação de Estados e Municípios. Portanto, em minha opinião, nós deveríamos destinar esse recurso a eles. Tanto ao Sr.

Relator quanto ao autor do projeto pediria que, ainda durante a votação da matéria, nós destinássemos uma parcela significativa para Estados e Municípios. Com certeza, esse seria um bom destino, até porque, repito, tanto Estados quanto Municípios não têm esses mesmos instrumentos, esse mesmo poder.

Quero aproveitar o final do meu tempo, Presidente, para registrar também que nós, quanto mais tempo demorarmos nessa pandemia, mais tempo demoraremos para recuperar a economia.

Quero fazer de novo uma cobrança ao Governo Federal.

Aquilo que nós aprovamos para chegar aos Estados e Municípios não chegou. Aquilo que nós aprovamos para ajudar as empresas, micro e pequenas, não chegou. Aquilo que nós aprovamos para dar às pessoas e às empresas condições de sobreviverem ainda não chegou de maneira que fosse suficiente.

Portanto, eu repito: o Governo, na figura do Presidente da República e do Ministro Guedes, pensa muito mais no ajuste fiscal do que em salvar vidas.

Obrigado, Presidente.

Documento 20/110

91.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020-
CD 18:52

Publ.: DCD - 16/07/2020 - DAVID SOARES-DEM -SP
143

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Pedido à Casa de aprovação de emendas de interesse das instituições religiosas, oferecidas pelo orador ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. DAVID SOARES (Bloco/DEM - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já estamos chegando à conclusão desta matéria, à qual foram apresentados pela minha

pessoa dois destaques.

Por que apresentei esses dois destaques? Há mais de 5 anos, estamos vendo uma repetição, de forma indevida, de lançamentos fiscais por parte do órgão fiscalizador do Governo, desrespeitando regramento aprovado nesta Casa e não interpretando aquilo que a Lei Maior do nosso País estabelece no art. 150.

Para corrigir esse problema, para fazer justiça às instituições que fazem o maior trabalho social do Brasil, para não dizer do mundo, a recuperação de milhares de pessoas, mesmo fazendo esse trabalho, nós estamos sendo tratados como empresas com fins lucrativos, sendo que quase 90% de todas as instituições religiosas no Brasil mal sobrevivem.

Portanto, eu quero, antes de mais nada, agradecer ao Relator, Deputado Fábio Trad, que entendeu a constitucionalidade dessas emendas apresentadas pela minha pessoa; agradecer a todos que estão nos apoiando, principalmente ao nosso Presidente da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, Deputado Silas Câmara, ao Deputado Cesinha, ao Deputado Luis Miranda e a tantos outros, que entenderam que é justo, que é digno, que é preciso corrigir uma injustiça feita há muito tempo.

Para V.Exa. ter uma ideia, Sr. Presidente, as igrejas evangélicas no Brasil hoje estão presentes em locais muito perigosos, como a Líbia, a própria Síria, onde há dezenas de missionários trabalhando até de forma subterrânea, mas estamos sendo agravados, de forma fiscal, por enviar recursos para aqueles coitados que estão lá sacrificando suas vidas para tentar ajudar milhares de pessoas oprimidas por questões políticas.

O que estou fazendo aqui é sinal de justiça. Ninguém está criando benefício algum. Nós estamos executando a lei aprovada por esta Casa, mas que a casa fiscal maior do Brasil recusa-se a cumprir. Ela rasga a Constituição, interpreta-a do seu próprio jeito. E não é a primeira vez que isso foi feito, já foi feito de forma repetida. Foram elencados aqui fatos relacionados ao CARF, casos em que nós fazemos as leis e eles as reescrevem. Está na hora de dar um basta nisso. Está na hora de praticar a lei e cumprir a Constituição da República Federativa do Brasil.

É por isso que apresentei essas duas emendas. E peço a compreensão de todos os 512 colegas para juntos aprovarmos essas emendas.

Obrigado, Sr. Presidente.

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	18:56
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 144	FÁBIO TRAD-PSD -MS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário de nºs 1 a 15, apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, faço, então, a leitura do parecer às emendas de Plenário.

"A Emenda de Plenário nº 1 altera a Lei nº 7.689, de 1988, para dar nova redação ao seu art. 4º para estabelecer que são contribuintes da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSCL as pessoas jurídicas estabelecidas no País e as que lhe são equiparadas pela legislação tributária, ressalvadas as vedadas no art. 150, inciso VI, alínea "b", da CF (templos de qualquer culto, desde que relativas ao patrimônio, a renda os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades).

Insera ainda no mesmo artigo um parágrafo único para estabelecer que passam a ser nulas as autuações feitas em descumprimento do previsto no artigo, feitas em desrespeito ao art. 150, inciso V, "b", na forma restrita prevista em seu § 4º da CF.

A mesma Emenda de Plenário nº 1 insere o § 16 ao art. 22, da Lei no 8.212, de 1991, para estabelecer que o disposto no § 14 aplica-se aos fatos geradores anteriores à data de vigência da Lei no 13.137, de 2015, sendo nulas as autuações emitidas em desrespeito ao previsto no respectivo diploma legal, conforme o previsto nos arts. 106 e 110 da Lei nº 5.172, de 1966, do CTN.

O assunto diz respeito ao tratamento previdenciário nos casos de remuneração direta ou indireta de ministro de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de

ordem religiosa em face do seu mister religioso ou para sua subsistência quando fornecidos em condições que independam da natureza e da quantidade do trabalho executado.

A Emenda de Plenário nº 2 manda suprimir os arts. 4º e 5º do substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, mas se referindo ainda ao Substitutivo que foi alterado.

A Emenda de Plenário nº 3 suprime o § 4º do art. 2º do nosso primeiro substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020.

A Emenda de Plenário nº 4 modifica o art. 5º do projeto de lei original para evitar eventual inconstitucionalidade do dispositivo por atribuir competência a órgão (AGU) do Poder Executivo.

A Emenda de Plenário nº 5 altera o art. 5 do substitutivo para expurgar do texto a possibilidade de aplicação do numerário economizado com os acordos à amortização da dívida pública mobiliária federal, e firmados após o prazo de vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

A Emenda de Plenário nº 6 inclui artigo no substitutivo que exclua, do rol dos precatórios passíveis de negociação, aqueles que tenham origem em demandas judiciais que tenham por objeto os repasses da União ao FUNDEF de que tratava a Lei nº 9.424, de 1996.

A Emenda de Plenário nº 7 é idêntica à emenda anterior, a de número 6, tendo não apenas o mesmo conteúdo como também o mesmo autor.

A Emenda de Plenário nº 8 procura dar interpretação ao disposto no art. 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, que estabelece, entre os requisitos da isenção, a observância do disposto no art. 12, § 2º, alínea "b" da mesma lei, a qual determina que a entidade deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais. Além disso, acrescenta §§ 16 e 17 ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para estabelecer que o disposto nos §§ 13 e 14 do artigo tem caráter meramente interpretativo e, nos termos do inciso I do art. 106 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, do Código Tributário Nacional, aplicam-se retroativamente ao início da vigência da lei e que tal disposição aplica-se, de imediato, aos processos administrativos e judiciais ainda não definitivamente julgados.

A Emenda de Plenário nº 9 acrescenta ao art. 5º do PL original um § 2º, para que, nos acordos terminativos de litígios firmados com fundamento nesta lei, não ensejam pagamento direto do valores avençados, devendo o crédito ser constituído em precatório no

montante total avençado.

A Emenda de Plenário nº 10 quer alterar o *caput* do art. 4º do substitutivo para que os acordos terminativos de litígio em processos judiciais de que trata o art. 1º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, ou o § 12 do art. 19 da Lei nº 10.522, de 2002, possam ser propostos pela entidade pública ou pelos titulares do direito creditório e abranger condições diferenciadas de deságio e de parcelamento para o pagamento do crédito deles resultante.

As Emendas de Plenário nºs 11 e 13 são idênticas e mandam acrescentar ao art. 60-A da Lei nº 12.249, de 11 de julho de 2010, para que, até 31 de dezembro de 2024, não estão sujeitas à retenção da fonte do imposto sobre a renda as remessas ao exterior realizadas por organizações religiosas a outras pessoas jurídicas de mesma natureza localizadas no exterior, desde que efetuadas a título de doação para programas de assistência social e religiosa desenvolvidos pelo beneficiário.

A Emenda de Plenário nº 12 manda incluir entre os acordos de que trata o substitutivo os precatórios referentes a repasses da União aos Estados por conta do FUNDEF.

A Emenda de Plenário nº 14 manda suprimir o § 5º do art. 4º do substitutivo ao PL 1.581, de 2020.

E a Emenda de Plenário nº 15 inclui um parágrafo único ao art. 8º, para que os valores do abono e dos aportes ao Fundo de Previdência serão definidos por leis votadas nas respectivas Assembleias Legislativas ou Câmaras Municipais.

II - Exame das emendas

Somos preliminarmente pela adequação orçamentária e financeira das emendas, assim como de sua constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Nada obstante, somos pela rejeição de todas as 15 emendas oferecidas à proposição. Não tiveram apoio as Emendas nºs 6, 11 e 13.

Em relação à Emenda de Plenário nº 1, a alteração à Lei nº 7.689, de 1989, visa a excluir os templos de qualquer culto da incidência da Contribuição Social sobre o Lucro. A emenda, a fim de eliminar autuações fiscais, busca, a pretexto de atribuir efeito interpretativo aos dispositivos propostos na citada lei, estabelecer algo que a Constituição Federal não diz, pois a imunidade constitucional, prevista no art. 150, inciso VI, "b", dos templos de qualquer culto é restrita a

impostos, não alcançando as contribuições sociais. Assim, por faltar o caráter interpretativo pretendido à norma, ela viola o art. 144 do Código Tributário Nacional, segundo o qual o lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada. Em resumo, a imunidade constitucional de impostos, prevista no art. 150, VI, "b" para os templos de qualquer culto, não alcança a Contribuição Social sobre o Lucro, de modo que não podemos dar nosso apoio a esta emenda.

Já quanto à alteração da Lei nº 8.212, de 1991, a proposta atribui efeitos retroativos à norma interpretativa instituída pela Lei nº 13.137, de 2015, a qual estabeleceu que os valores despendidos pelas entidades religiosas e instituições de ensino vocacional, com ministro de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa em face do seu mister religioso ou para sua subsistência, desde que fornecidos em condições que independam da natureza e da quantidade do trabalho executado, não são considerados remuneração direta ou indireta.

A esse respeito, temos que a norma é desnecessária, pois o art. 106, I, do Código Tributário Nacional já dispõe que as normas interpretativas têm efeito retroativo, de modo que somos pela rejeição da Emenda de Plenário nº 1.

A Emenda de Plenário nº 2 manda suprimir, como vimos, os arts. 4º e 5º do substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, mas se referindo ainda ao substitutivo que foi alterado. De todo modo, o autor entende que ao se permitir que títulos executivos judiciais, inclusive decorrentes de sentenças não transitadas em julgado, possam ser convertidos em precatórios por meio de acordos terminativos de litígios, com condições diferenciadas para pagamento, colide com as regras constitucionais que estabelecem a ordem de pagamento dos precatórios. Somos contrários a este entendimento, uma vez que o projeto de lei não contraria a ordem cronológica para o pagamento de precatórios, apenas regulamenta o disposto no § 20 do art. 100 da CF, acenando para a possibilidade de acordos entre devedores e credores. Por esta razão, votamos pela rejeição da Emenda de Plenário nº 2.

A Emenda de Plenário nº 3 suprime o § 4º do art. 2º do nosso primeiro substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020. O dispositivo não mais existe no derradeiro substitutivo apresentado. Por esta razão, estamos rejeitando a Emenda de Plenário nº 3.

A Emenda de Plenário nº 4 modifica o art. 5º do projeto de lei original, para evitar eventual inconstitucionalidade por atribuir competência a órgão (AGU) do Poder Executivo, razão pela qual a incorporamos em nosso substitutivo. Como ela já foi acatada, estamos rejeitando a



Emenda de Plenário nº 4.

A Emenda de Plenário nº 5 altera o art. 7º do substitutivo para expurgar a possibilidade de aplicação dos valores economizados com os acordos de que trata a proposição à amortização da dívida pública mobiliária federal, e firmados após a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Estamos rejeitando a emenda porque retiramos o inciso II do art. 7º do substitutivo, e por considerá-la inoportuna e por entender que ela conflita com o disposto no *caput* do art. 3º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020.

As Emendas de Plenário nºs 6 e 7, idênticas em seu conteúdo, mandam incluir artigo no substitutivo para excluir do rol dos precatórios passíveis de negociação, aqueles que tenham origem em demandas judiciais que tenham por objeto os repasses relacionados ao FUNDEF de que tratava a Lei nº 9.424, de 1996. Já acolhemos tal sugestão em nosso substitutivo, razão pela qual rejeitamos as duas emendas.

Acolhemos, já no substitutivo anterior, medida contida nas Emendas de Plenário nºs 6 e 7 para não se aplicar o disposto no substitutivo aos precatórios cuja origem tenha sido demanda judicial que teve por objeto os repasses da União ao FUNDEF a que se refere a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, cujo tratamento segue rito.

A Emenda de Plenário nº 8, além de conter matéria estranha em relação ao PL, a pretexto de interpretar o disposto no art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, traz regra que restringe o alcance do citado artigo, que estabelece, entre os requisitos da isenção, a observância do art. 12, § 2º, alínea "b" da mesma lei, segundo a qual a entidade deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais. Nota-se que o conceito de recursos é semanticamente mais amplo que o de rendas. Não fosse esse o caso e houvesse efetivamente equívoco por parte da Administração Tributária, seria de se esperar que as autuações não viessem a prosperar no Poder Judiciário. Além disto, consideramos arriscado aprovar uma medida que importa renúncia de receitas sem estimativa confiável de seu impacto financeiro para o Erário em momento sabidamente muito delicado para as contas públicas, razão pela qual somos contrários à aprovação desta medida. Quanto à modificação proposta pela emenda em relação ao art. 22, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, como já comentamos no exame da Emenda de Plenário nº 1, temos que a norma é desnecessária, pois o art. 106, I, do Código Tributário Nacional já dispõe que as normas interpretativas têm efeito retroativo, de modo que somos pela rejeição da Emenda de Plenário nº 8.

Estamos propondo a rejeição da Emenda de Plenário nº 9, que manda incluir um § 2º no art. 5º do PL original, porque sua eventual aprovação redundaria num desestímulo para os credores se candidatarem aos

acordos aqui tratados, em prejuízo evidente da eficácia da norma. Isto porque a emenda determina que, ao invés do pagamento do crédito pela União no momento da celebração dos referidos acordos, com os descontos acertados entre as partes, a dívida seria inscrita como um novo precatório, submetendo-se ao rito fixado no art. 100 da Constituição Federal, o que acabaria trazendo prejuízos também para a União, em termos de custos processuais. Estimativas da AGU indicam que os acordos a que se refere a proposição representam uma economia da ordem de 30% para os cofres públicos na comparação com o que se gastaria se o processo chegasse ao seu termo. Além do mais, como a União, diferentemente dos Estados e Municípios, não tem atrasado o pagamento dos precatórios, a preocupação do autor da emenda acaba não se justificando.

Estamos propondo a rejeição da Emenda de Plenário nº 10, não obstante a nobre intenção dos autores, porque acreditamos que ela já está abrigada no próprio teor do art. 4º de nosso substitutivo.

Vamos rejeitar a Emenda de Plenário nº 12 porque já a incluímos no substitutivo. Ela atende um pleito dos Governadores do Nordeste, abrigando no texto de nosso substitutivo a possibilidade de incluir as negociações de que trata a proposição dos precatórios relacionados a pendências da União com a complementação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, a que se refere a Lei nº..."

A título de conclusão, então, votamos, pela Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária, constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa de todas as emendas de Plenário e, no mérito, pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9 e 10, pelos motivos aqui expostos, sendo que as Emendas nºs 6, 11 e 13 não tiveram apoio.

Rejeitamos a Emenda nº 14, porque a supressão a que se refere reduz a eficácia da proposição.

A Emenda nº 12 já está acolhida no substitutivo, e a Emenda nº 15 trata de matéria completamente estranha à proposição.

É isso, Sr. Presidente.

Documento 22/110

91.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020-
CD 19:08

Publ.: DCD - 16/07/2020 - DAVID SOARES-DEM -SP
149

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM

Sumário

Alcance do número regimental exigido para a admissibilidade da Emenda de Plenário nº 13, apresentada pelo orador ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. DAVID SOARES (Bloco/DEM - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu gostaria de fazer uma questão de ordem exatamente sobre essa questão que V.Exa. já suscitou: a Emenda nº 13 tem apoio, sim, inclusive o Deputado Luis Miranda a assinou, confirmando o número de apoios necessários para que ela seja admitida.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. Bloco/MDB - MA) - V.Exa. se refere à Emenda nº 13?

O SR. DAVID SOARES (Bloco/DEM - SP) - Sim, Presidente.

Documento 23/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	19:12
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 149	FÁBIO TRAD-PSD -MS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Reformulação do parecer às Emendas de Plenário de nºs 1 a 15, apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a título de conclusão, votamos pela admissibilidade financeira e orçamentária, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as emendas de Plenário e, no mérito, pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14 e 15, pelos motivos acima expostos. As Emendas nºs 6 e 11 não tiveram apoio. Nós rejeitamos a Emenda nº 14 porque a supressão a que se refere reduz a eficácia da proposição, e as Emendas nºs 13 e 15, que tiveram apoio, tratam de matéria completamente estranha à proposição. Por isso, estão rejeitadas.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 24/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	19:12
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 153	JORGE SOLLA-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991, ressalvados os destaques. Convocação do Ministro Interino da Saúde, Eduardo Pazuello, para esclarecimento à Casa da militarização da pasta e da política governamental de combate à Covid-19.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT, Sr. Presidente, vai orientar a favor do texto. No entanto, nós temos alguns destaques que vamos apreciar posteriormente.

Eu quero aproveitar para registrar que estamos pedindo a convocação do Ministro Pazuello para explicar o genocídio que se abate sobre nosso País e prestar contas à Câmara sobre o combate ao coronavírus, sobre a militarização do Ministério da Saúde, sobre a baixíssima execução orçamentária e sobre o não cumprimento das

entregas pactuadas. O Brasil caminha a passos largos para um verdadeiro genocídio. Queiram ou não, esta é a realidade.

Hoje nós tivemos um debate na Comissão sobre a situação em que se encontra a população indígena diante da pandemia. É algo extremamente grave o que está acontecendo no nosso País. A Câmara precisa ouvir, com urgência, o Ministro interino para saber sobre as ações que precisam ser feitas, mas não estão sendo cumpridas pelo Ministério, para salvar a vida e a saúde dos brasileiros.

Muito obrigado.

Documento 25/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	19:12
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 154	MARCELO RAMOS-PL -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Registro de voto dos Deputados José Rocha e Gelson Azevedo. Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991, ressalvados os destaques.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, eu quero justificar que, na votação passada, os Deputados José Rocha e Gelson Azevedo não conseguiram votar. Eles votaram com o partido.

Quero saudar o Deputado Fábio Trad pelo trabalho habilidoso, cuidadoso, de muito diálogo, que nos possibilita chegar à votação do mérito, acredito, com todos os partidos da Casa orientando "sim", diante de uma matéria que, quando chegou à Casa, levantou uma série de dúvidas. No entanto, nós procuramos esclarecer e dialogar, demonstrando e confirmando que o diálogo é o principal instrumento da democracia e que, fazendo concessões, nós podemos encontrar consensos nesta Casa que ajudem o País a andar para a frente.

Quero agradecer a todos os Líderes que ajudaram nesta construção, em especial ao Deputado Fábio Trad, pela sua dedicação no exercício da relatoria.

O PL orienta "sim", Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 26/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	19:12
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 154	RICARDO IZAR-PP -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Registro de voto do Deputado Schiavinato. Congratulações aos Deputados Marcelo Ramos e Fábio Trad, respectivamente, autor e relator do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Realização por ativistas de homenagem aos animais nas instalações externas do Congresso Nacional. Pedido à Presidência de votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 6.054, de 2019 (antigo 6.799, de 2013), sobre a inserção de § único no art. 82 do Código Civil, com vista ao estabelecimento da natureza jurídica dos animais domésticos e silvestres.

O SR. RICARDO IZAR (Bloco/PP - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria justificar o voto do Deputado Schiavinato na última votação: ele votou com o partido.

Quero parabenizar o Deputado Marcelo Ramos pela iniciativa do projeto e o Deputado Fábio Trad pelo brilhante relatório, como sempre.

Gostaria de fazer uma homenagem aos ativistas que fizeram uma projeção ontem no prédio do Congresso Nacional, dando voz e luz aos animais, que vivem à sombra da legislação brasileira.

Eu queria pedir que o requerimento de urgência ao projeto que estabelece que animal não é coisa seja apreciado o mais rápido possível, a fim de mudarmos a natureza jurídica dos animais, que são

considerados coisas no Código Civil e devem passar a ser considerados sujeitos com direitos.

Muito obrigado.

Documento 27/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	19:16
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 155	DARCI DE MATOS-PSD -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991, ressalvados os destaques.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD orienta "sim" ao texto.

Quero parabenizar o eminente Deputado Fábio Trad, que, sempre muito cauteloso e sempre muito preparado, fez um relatório excepcional. O projeto é bom, porque apresenta uma série de vantagens, mas uma das vantagens ou um dos pontos positivos é que vai colocar mais recursos para que a União possa enfrentar a pandemia.

Portanto, a posição do PSD é "sim" ao texto.

Documento 28/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	19:16
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 155	ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991, ressalvados os destaques.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, cumprimentando V.Exa. e o Deputado Fábio Trad pelo relatório preciso e atento, agradecemos a ele o acolhimento da intenção da emenda do PSB que visava evitar que todo o volume de recursos economizado pelo Estado fosse destinado a serviço da dívida mobiliária pública. Com o parecer do Relator, que acatou a intenção da nossa emenda, nós conseguimos garantir que esses recursos sejam direcionados para a saúde dos brasileiros, e não para o pagamento de dívidas.

Portanto, uma emenda nossa foi acolhida, além de ser correta a intenção do projeto.

Quero cumprimentar, igualmente, o autor do projeto, o Deputado Marcelo Ramos.

O PSB vota "sim", a favor do parecer do Relator e a favor da matéria.

Muito obrigado.

Documento 29/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	19:20
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 157	MAURO BENEVIDES FILHO-PDT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a

vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991, ressalvados os destaques.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, nobre Líder Wolney.

Sr. Presidente Deputado Hildo Rocha, que bom vê-lo tão bem disposto nessa cadeira!

Quero agradecer a todos os colegas, em especial ao Deputado Marcelo Ramos, proponente da matéria, e ao Deputado Fábio Trad, que discorreu, de maneira tão profícua, em relação ao problema. Já, já, vou fazer uma ponderação a ele neste sentido.

À população brasileira que está nos acompanhando quero dizer que, em se tratando de precatório, depois de uma decisão ou disputa judicial entre a parte e o Governo Federal, a Justiça define e envia para o Poder Executivo inserir o valor a ser pago até o dia 1º de julho do ano subsequente. O precatório tem todo um regramento, conforme dispõe o § 20 do art. 100 da nossa Constituição.

Por isso, é importante o que propõe o Deputado Marcelo Ramos, ou seja, que aqueles precatórios de grande valor recebam um tratamento diferenciado na forma como vão ser pagos. Eles vão aceitar um deságio de 40%. Ao aceitar este deságio de 40%, eles poderão ser pagos, inclusive, numa única parcela. Lembramos que hoje, com relação aos precatórios de grande valor, recebe-se uma parcela de 15%, no exercício em que são devidos, e, depois, são mais 5 exercícios para receber os valores que ganharam no processo judicial.

Entretanto, segundo o art. 7º, ao se retirar o pagamento da dívida pública como destinação desse dinheiro, quero dizer que o ganho de receita que a União vai ter, ou seja, a diminuição de despesa, apesar de isso estar previsto para o combate à pandemia, no exercício de 2020, essas negociações, que são acordos diretos que a lei permite neste exato momento, poderá ser usado, subsequentemente, nos anos de 2021 e de 2022.

Quero dizer aos colegas que estão dialogando com o FUNDEB, como a Relatora Dorinha, que aqui está uma das fontes que será positiva para poder albergar o crescimento de 10% para 20%, que compõem o FUNDEB. É importante qualificarmos isso.

No entanto, Deputado Fábio Trad e Deputado Marcelo Ramos, o art. 7º não diz que a União não pode pagar a dívida pública, não, pois a palavra que está sendo usada lá é "poderão". Não há nenhuma

obrigatoriedade. A União, portanto, poderá tomar outra decisão.

O PDT, obviamente, vota "sim" ao projeto lei, mas nós vamos fazer nossas ressalvas, inclusive, com o destaque que vamos debater com os demais parceiros.

Documento 30/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	19:24
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 158	DAVID SOARES-DEM -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991, ressalvados os destaques.

O SR. DAVID SOARES (Bloco/DEM - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr. Relator, o DEM vem se posicionar favoravelmente ao projeto, vem corrigir uma série de injustiças que havia muito tempo precisavam ser atacadas. Os destaques também vêm dar, digamos assim, um coroamento a um projeto bem feito.

Mais uma vez, parabéns ao nobre Relator Fábio Trad pela relatoria, embora não tenha acatado uma emenda minha, que entendo era plausível. Isso nós discutiremos depois.

O projeto em si está muito bem trabalhado. Portanto, o DEM se posiciona favoravelmente.

Documento 31/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	19:28
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 158	ELI BORGES-SOLIDARIEDADE -TO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991, ressalvados os destaques.

O SR. ELI BORGES (Bloco/SOLIDARIEDADE - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer ao meu Líder Tiago Dimas e dizer que somos favoráveis a este projeto, pelo resgate que ele faz das pessoas que precisam negociar com o Governo suas demandas para sobreviverem sobretudo nesta pandemia.

Acho que o relatório teve sua coerência. Vamos ressaltar os Destaques nºs 2 e 11, por compreendermos que, se há alguém precioso neste País, que trabalha a custo zero para o Erário e que precisa ter esta contenção agora, são as instituições religiosas, que muitas vezes, arrancando o dinheirinho da venda da pamonha e do bombom, enviam missionários para outros países. E não é justo que o Governo Federal as tribute, o que, aliás, é um dos raros casos no mundo.

No momento, nós somos favoráveis. É este o nosso encaminhamento, ressaltando os destaques que comentaremos.

Documento 32/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	19:28
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 159	MAURÍCIO DZIEDRICKI-PTB -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a

vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991, ressalvados os destaques.

O SR. MAURÍCIO DZIEDRICKI (Bloco/PTB - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB vota "sim", pela aprovação do substitutivo.

Eu aproveito para parabenizar o Relator e o Autor por este modelo que foi convencionado a partir dessa série de debates que houve na construção do PL 1.581/20, flexibilizando e dando mais condições para que pessoas que tenham crédito junto ao Governo possam ter uma adequação e uma resolutividade neste sentido.

Portanto, o PTB encaminha o voto "sim".

Documento 33/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	19:28
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 159	EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991, ressalvados os destaques.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Hildo Rocha, é justo aprovar o relatório do Deputado Fábio Trad. Parabenizo o Deputado Marcelo Ramos, porque, como bem explicou nosso querido economista Deputado Benevides, se a Justiça reconheceu a dívida, ela tem que ser paga. Nem sempre se pode pagar sem que isso interfira nas políticas sociais, que são fundamentais. Não se pode tirar dinheiro nem da saúde nem da educação.

No entanto, quem é sujeito de direito neste caso? São os Municípios,

os Estados. Somente no caso dos precatórios do FUNDEF, são mais de 100 bilhões que estão depositados numa conta judicial e que poderão ser negociados em favor de Municípios e de Estados para que possam cumprir com pelo menos 60% disto para o pagamento ao magistério. Portanto, é de fundamental importância regular hoje, neste período de pandemia, pois estão numa situação de economia de guerra.

No entanto, isso também nos alerta para a necessidade de viabilizarmos um debate para o futuro, porque nós estamos produzindo um déficit pela necessidade de aumentarmos a dívida do País e de salvarmos vidas neste período de pandemia.

Naturalmente, devemos refletir sobre esse princípio, que é um choque no neoliberalismo, para mostrar que o Estado brasileiro pode, efetivamente, ser a favor dos pobres e diminuir as desigualdades.

Nosso voto é "sim".

Muito obrigado.

Documento 34/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	19:32
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 160	ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991, ressalvados os destaques. Defesa de aprovação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, sobre a alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. (prisão de condenados em segunda instância)

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão

do orador.) - Presidente, o Cidadania orienta favoravelmente a esse projeto. É muito importante nós aqui celebrarmos a agilidade no cumprimento do pagamento das dívidas do poder público com o cidadão.

Inclusive, parabenizo o autor, o Deputado Marcelo Ramos, e o Relator, o Deputado Fábio Trad. Lembro que eles participam, um como Presidente e outro como Relator, da PEC da prisão após condenação em segunda instância, que tem exatamente o intuito de fazer com que nós tenhamos uma Justiça mais célere, uma Justiça que de fato cumpra seu papel a tempo de impedir que a pessoa tenha o seu direito cerceado.

Por isso, é muito importante neste momento nós termos a aprovação desse projeto, a otimização da relação do pagamento de dívida com a oportunidade de negociação, principalmente mostrando a necessidade de termos uma Justiça mais rápida.

Aproveito para pedir que nós também nos empenhemos na aprovação da PEC da prisão após condenação em segunda instância, que está na Comissão Especial.

Documento 35/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	19:32
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 160	MÁRCIO JERRY-PCDOB -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991, ressalvados os destaques.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Deputado Hildo Rocha, que preside esta sessão.

O PCdoB obviamente vota "sim", destacando o trabalho muito importante feito pelo proponente, o Deputado Marcelo Ramos, e pelo

Relator, o Deputado Fábio Trad, muito especialmente pelos entendimentos havidos entre o Relator, o autor da proposição, o Deputado JHC e a Líder do PCdoB, nossa Deputada Perpétua Almeida, que resultaram no acolhimento de uma proposição muito importante, que é essa que faz com que haja a extensão desse projeto de lei para alcançar o setor educacional, para alcançar os precatórios oriundos de ações derivadas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, de modo que tenhamos um reforço nos recursos para a educação, inclusive para o magistério. Então, é uma ação muito importante.

Parabenizamos a Casa pelo acolhimento da extensão estabelecida nesse projeto de lei e, muito especialmente, repito, pelo esforço do diálogo realizado pelo autor da proposta, pelo Relator, pelo Deputado JHC, que também ofereceu contribuição, e por toda a nossa bancada do PCdoB, que apresentou o pedido, a proposição, o pleito de extensão para a educação, aí incluídos os profissionais do magistério.

Votamos "sim", Presidente.

Documento 36/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	19:32
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 161	- GILSON MARQUES-NOVO -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991, ressalvados os destaques.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, esse é o típico processo ganha-ganha. É surreal que nós precisemos de um projeto para que o credor e o devedor aceitem fazer um acordo. Isso poderia já ter sido feito há muito tempo, até porque o próprio juiz da causa poderia avaliar a situação.

Parabéns à autora e ao Relator!

O NOVO vota "sim".

Documento 37/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	19:36
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 161	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991, ressalvados os destaques. Defesa de aprovação do parecer apresentado pela Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende à Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2015, acerca da transformação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, em instrumento permanente de financiamento da educação básica pública.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria muito de parabenizar o Deputado Marcelo Ramos, pelo conteúdo pertinente e atual, e o Deputado Fábio Trad, que fez um relatório magnífico, demonstrando, como sempre, a sua agilidade e o seu brilhantismo.

Gostaria muito de dizer que a incorporação da questão dos precatórios do FUNDEF é algo muito importante, porque se dá no texto e no contexto certo. Ela se dá exatamente em matéria de natureza fiscal e pretende incorporar essa dívida pública, da Fazenda Pública, para com Estados e Municípios e subvincula isso à perspectiva dos professores, que ficaram também com enorme prejuízo.

Eu tenho sido embaixadora dessa luta, viajando, conversando, ajudando a negociar em muitos Municípios, assim como o Deputado JHC.

Quero parabenizar a bancada do PCdoB, que tratou da questão. Quero

parabenizar os Governadores que solicitaram essa solução, destacando o Governador Flávio Dino, do Maranhão.

E quero dizer que a matéria de fato merece a aprovação da Minoria, e assim será o nosso voto.

Nos segundos restantes, quero dizer que agora só falta votar de maneira integral, sem destaques, o relatório da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, garantindo a constitucionalização do FUNDEB, que hoje é a grande forma de financiamento da educação básica em nosso País, na segunda-feira, às 16 horas.

A Minoria vota "sim".

Obrigada, Presidente.

Documento 38/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	19:36
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 162	BIA KICIS-PSL -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991, ressalvados os destaques. Desconexão entre o discurso opositor sobre a deterioração da imagem do Brasil no exterior, e a instalação de novas empresas estrangeiras no País e o recorde na compra de títulos públicos brasileiros. Elevação dos índices de popularidade do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O Governo vota "sim", Presidente. Este é um projeto realmente muito meritório. Eu fui Procuradora do Distrito Federal por muitos anos e acompanhei sempre a angústia dos credores com relação ao recebimento de seus créditos por meio de precatórios.

E quero acalmar a Oposição, que está tão preocupada, dizendo que o

Brasil está com sua imagem queimada, com seu "filme queimado", lá fora. Tenho aqui notícias de que empresas estão saindo da Argentina e vindo para o Brasil; de que empresas italianas estão tirando suas fábricas da China e trazendo para o Brasil; de que está havendo recorde de compras de títulos públicos do Brasil no exterior. Então, já vemos aí que não precisam se preocupar com a imagem do Brasil, que está muito boa.

Outra boa notícia: quero dizer aos eleitores que, de acordo com uma recente pesquisa do *Poder360*, os Prefeitos e Governadores estão tendo um decréscimo na sua popularidade e aceitação, enquanto o Presidente Bolsonaro está tendo um acréscimo, subindo em popularidade, o que indica que a sua opção no combate ao coronavírus parece estar dando certo aos olhos dos cidadãos, dos brasileiros, dos eleitores, pelo fato de ele se preocupar também, além da saúde, com a economia e com o emprego dos brasileiros.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 39/110

91.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	15/07/2020-19:40
Publ.: DCD 16/07/2020 - 163	- JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 10, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Inconsistência do pronunciamento de Parlamentar a respeito da elevação dos índices de popularidade do Presidente Jair Bolsonaro. Perda do poder de negociação pela base governista, diante da oposição de vetos presidenciais a proposições aprovadas pelo Congresso Nacional. Custeio do chamado gabinete do ódio com recursos públicos. Postura genocida do Presidente da República diante da pandemia de coronavírus.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Boa noite a

todos que acompanham esta votação.

Nossa Emenda nº 10 observa que o art. 4º do PL trata da possibilidade de acordos terminativos de litígios, fazendo referência à Lei nº 9.469, de 1997, que trata da realização de acordos ou transações para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais. Merece ajuste a redação do *caput* do art. 4º, a fim de que fique esclarecida a sua abrangência e mais adequada aos parágrafos subsequentes, que tratam do rito do acordo em processos judiciais.

Então, esse é o teor da nossa emenda, objetivando aperfeiçoar o texto, para deixá-lo mais claro. E é bom deixar bastante claro os termos, porque nós estamos vivendo um momento de um governo da mentira, um governo *fake*, um governo que se elegeu à base de inúmeras mentiras - todo mundo lembra como foi a campanha eleitoral -, um governo que, desde que assumiu, não faz outra coisa a não ser mentir. Mente até para afastar o foco da sua responsabilidade sobre o genocídio da pandemia.

A Parlamentar que me antecedeu inclusive mentiu ao falar de pesquisas eleitorais que não existem. As pesquisas estão mostrando que a aprovação do Governo Bolsonaro está descendo a ladeira, está despencando, ao mesmo tempo em que aumenta o genocídio que ele causa. A população brasileira está aprendendo a conhecer as suas mentiras, e o Governo está se desmoralizando.

Falando em desmoralização, o Governo desmoraliza a sua liderança no Parlamento. O Líder do Governo está desmoralizado! Os Parlamentares da sua base estão perdendo a capacidade de negociar dentro do Congresso, porque eles aprovam vários projetos que são depois vetados. Aprovaram na íntegra o projeto de assistência ao enfrentamento da pandemia na população indígena, que teve mais de 70% dos artigos vetados pelo Presidente Bolsonaro.

Ele gasta dinheiro público para custear o "escritório do ódio" e seus asseclas em *blogs* ilegais que fazem ataques à democracia, ataques ao Congresso e ao Supremo Tribunal Federal, e ainda diz que isso é direito de opinião. É um absurdo completo!

É impossível continuarmos tentando, no Parlamento, salvar vidas, aprovar medidas sanitárias, econômicas e sociais para proteger a vida e a saúde dos brasileiros, se Bolsonaro continua sendo aliado do vírus, destruindo medidas importantes, vetando o uso obrigatório de máscaras, vetando o acesso da população indígena à água potável, vetando o acesso da população indígena à assistência. Inclusive, ele continua aprovando, com o seu veto, medidas que vão destruir as empresas públicas de saneamento no País.

Bolsonaro, pare de desmoralizar seus Parlamentares na Câmara e no Senado, pare de desmoralizar a Liderança do Governo, porque isso é o mínimo que você pode fazer para que continuemos trabalhando no Legislativo.

Obrigado.

Documento 40/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	19:44
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 164	JORGE SOLLA-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 10, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Solicitação à Presidência de inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2015, acerca da transformação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, em instrumento permanente de financiamento da educação básica pública. Apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 735, de 2020, , a respeito da concessão de abono pecuniário a feirantes e agricultores familiares, em isolamento ou quarentena decorrente da pandemia de coronavírus, consoante à Lei nº 13.979, de 2020. Pedido ao Governo Federal de destinação de recursos ao combate à pandemia de coronavírus entre a população brasileira.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- O PT orienta a favor desse destaque, para aperfeiçoar o texto e deixar mais claro o âmbito desses processos de negociação.

O PT aproveita para cobrar, Presidente, a votação do FUNDEB, a votação para derrubarmos os vetos presidenciais. Pedimos que seja mantida a sessão do Congresso de amanhã, para que possamos viabilizar a derrubada de vetos que destroem políticas públicas importantes aprovadas nesta Casa. Pedimos a votação do Projeto de Lei nº 735, de 2020, com urgência, para apoiar a agricultura familiar e, na prática, derrubar o veto que retirou os trabalhadores rurais do auxílio

emergencial. E pedimos ao Governo que aplique os recursos públicos para salvar a vida da população brasileira, que deixe de inércia no Ministério da Saúde e aja em defesa da vida.

Nós não podemos ser cúmplices do genocídio que está acontecendo. A Câmara dos Deputados não será cúmplice desse genocídio causado principalmente por Bolsonaro e sua quadrilha, que assumiu, com insanidade total, a Presidência da República.

Documento 41/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	19:44
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 165	DARCI DE MATOS-PSD -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 10, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Contestação ao discurso de Deputado petista ofensivo ao Governo Jair Bolsonaro e sua base aliada.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD orienta "não" à emenda.

Eu quero aproveitar estes segundos que me restam para discordar do palavreado chulo do Deputado petista que me antecedeu, que chamou o Governo Bolsonaro de quadrilha. Quadrilha foi o Governo dele, que destruiu o Brasil durante os 13 anos em que governou. Ele sabe do que estou falando. Nós não estamos sendo desmoralizados pelo Governo, muito menos o Líder do Governo na Câmara. Nós temos muita honra, muito orgulho de defender esse Governo honesto, correto, que está salvando o Brasil.

Portanto, Deputado, meça as suas palavras quando se dirigir à base do Governo, ao nosso partido e, sobretudo, à Liderança do Governo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 42/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	19:48
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 165	JULIO CESAR RIBEIRO-REPUBLICANOS - DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 10, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Solicitação à Presidência de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 2.824, de 2020, acerca das ações emergenciais para o setor esportivo, adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 9.615, de 1998, e 13.756, de 2018.

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (REPUBLICANOS - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós do Republicanos somos contrários. Por isso, orientamos o voto "não".

Aproveito a oportunidade, nestes minutos que ainda faltam, para fazer um apelo em relação ao Projeto de Lei nº 2.824, de 2020, que trata de ações relativas ao esporte. É uma matéria que nós precisamos votar no dia de hoje. O esporte do Brasil necessita desse projeto. Hoje é o dia que todos nós estávamos esperando.

Então, peço ao Governo sensibilidade. Sabemos que há um entrave, que o Governo está impedindo a votação desse projeto. Que possamos colocá-lo em votação, porque ele é importante para o esporte do Brasil.

Documento 43/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	19:48
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 166	CÁSSIO ANDRADE-PSB -PA	

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 10, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Solicitação à Presidência de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 3.042, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.756, de 2018, com vista à destinação, ao Fundo Nacional de Saúde, de parcela de recursos oriundos de loterias. Revitalização do Mercado Ver-o-Peso, em Belém, Estado do Pará.

O SR. CÁSSIO ANDRADE (PSB - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB orienta o voto "sim".

Eu gostaria, neste momento, de fazer menção ao substitutivo ao PL 3.042/2020, de autoria deste Deputado e de mais três Parlamentares desta Casa. Esse substitutivo prevê a destinação de 5% da premiação das loterias ao processo de combate ao coronavírus durante a pandemia. Esse projeto tem a relatoria do Deputado Marcelo Freixo, com parecer favorável. O Presidente e os Líderes já têm conhecimento dele. Pedimos que esse projeto seja colocado o mais breve possível em votação, porque destina 5% da premiação das loterias para o combate ao coronavírus. É um projeto sem polêmicas, positivo neste momento difícil da nossa sociedade. Então, eu peço encarecidamente que possamos, na semana ou até mesmo amanhã, quando haverá discussão com os Líderes, votá-lo.

Para finalizar, Presidente, quero parabenizar a Prefeitura de Belém e os feirantes da Feira do Ver-o-Peso, na Capital do Pará, a nossa bela Belém, pelas obras que estão sendo realizadas no entorno, entre elas a reforma do Ver-o-Peso, do Solar da Beira e das praças ao redor dali, como a Praça do Carmo e a Praça do Relógio. São obras importantes, que vão revitalizar um local turístico da nossa Capital. Por isso, deixo os parabéns aos feirantes, que se organizaram, e à Prefeitura, através do nosso Prefeito Zenaldo Coutinho.

Muito obrigado, Presidente.

91.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020-
CD 19:52

Publ.: DCD - 16/07/2020 - MAURO BENEVIDES FILHO-PDT -CE
166

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 10, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa matéria procura clarear a forma como os litígios com a Fazenda Pública brasileira são alimentados. Não vejo por que essa emenda não possa ser aprovada.

Portanto, o PDT vota "sim" à emenda.

Documento 45/110

91.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020-
CD 19:52

Publ.: DCD - 16/07/2020 - ELI BORGES-SOLIDARIEDADE -TO
167

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 10, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. ELI BORGES (Bloco/SOLIDARIEDADE - TO. Pela ordem. Sem

revisão do orador.) - Presidente, o Solidariedade compreende, ressalvados alguns destaques futuros, que deve votar com o Relator nesta matéria. Portanto, orientamos "não", em função da importância da matéria, para não complicarmos mais as conquistas das pessoas que dependem de boas negociações com o Governo, que neste momento está com seu caixa bem reduzido.

Portanto, neste ponto, a orientação é "não".

Documento 46/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	19:52
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 167	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 10, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Protesto contra a oposição, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de veto ao Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, sobre a atualização do marco legal do saneamento básico. Imediata realização de sessão conjunta para apreciação de vetos presidenciais.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL vai votar "sim" ao destaque do PT. Ele é fundamental. Inclusive, é um mecanismo para impedir que se fure a fila dos precatórios.

Quero aproveitar este momento para, mais uma vez, dizer que é um absurdo mais um veto presidencial, agora contra a lei de saneamento, eliminando a transição e todo o processo que impedia a privatização já. Essa, talvez, seja a mais prejudicial de todas. Eles querem entregar água e esgoto do Brasil para empresas privadas, para a tarifa ir lá para as alturas, como foi em todo o mundo, em que se reverteu todo o processo de privatização das águas.

Esse veto se soma a todos os outros, como o do uso das máscaras, como os absurdos que Bolsonaro fez dos vetos à saúde pública de

índigenas e quilombolas também. Por isso, nós pedimos uma sessão imediata do Congresso para derrubar todos esses vetos absurdos de Bolsonaro.

Obrigado, Presidente.

Documento 47/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	19:56
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 168	- GILSON MARQUES-NOVO -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 10, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vemos como positiva essa emenda para deixar bem claro que essa iniciativa pode ser tanto do credor, quanto do devedor.

A orientação é "sim" ao destaque.

Documento 48/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	19:56
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 169	- ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 10, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o

pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Defesa de realização de sessão conjunta para apreciação de vetos presidenciais. Necessidade de aprovação do parecer apresentado pela Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende à Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2015, sobre a transformação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, em instrumento permanente de financiamento da educação básica pública.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Minoria orienta o voto "sim", mais uma vez ressaltando a importância do trabalho do Relator, o Deputado Fábio Trad, e do autor, o Deputado Marcelo Ramos, e também apelando para que os vetos sejam apreciados esta semana. Não é possível que a população indígena nem tenha entrado na pauta do Congresso Nacional. Precisa-se resgatar o apoio.

É necessário garantir que o Congresso Nacional faça essa apreciação dos vetos, na medida em que aprovamos matérias e vamos para destaques em debate. Conhecemos a correlação de forças. O Presidente da República não honra o que é acertado no Congresso Nacional.

Então, é necessário que efetivamente se analisem esses vetos e que, na segunda-feira, aprovemos de maneira integral o relatório do FUNDEB, na medida em que a rede educacional brasileira aguarda essa aprovação para a garantia de financiamento nos anos vindouros.

Nosso voto é "sim", Sr. Presidente.

Documento 49/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	19:56
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 169	BIA KICIS-PSL -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 10, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o

pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Prejuízos causados aos cofres públicos pelos governos petistas. Contestação as afirmações sobre a privatização da água pelo Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, a respeito da atualização do marco legal do saneamento básico, aprovado pelo Senado Federal.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O Governo vota "não".

Queremos também dizer ao povo brasileiro como respondemos a insultos, mentiras e narrativas. Respondemos com trabalho, com honestidade. Então, vamos lá: no Governo Bolsonaro, estatais brasileiras têm lucro 60% maior. No Governo Dilma, o prejuízo era de bilhões e bilhões de reais.

Aqui houve Deputado que falou de quadrilha da família Bolsonaro. Vamos lá: Lula tenta liberar 13 milhões de reais de Marisa, mas TRF-4 nega, porque a Justiça diz que o argumento é fruto de ilicitude. Nenhum vendedor, nenhuma vendedora da Avon conseguiu ganhar tanto dinheiro assim como a D. Marisa, não é mesmo? Então, respondemos com trabalho.

Foi sancionado aqui também o marco legal do saneamento básico, e ficam dizendo que o Bolsonaro não quer levar água. Dizem que ele quer privatizar a água, lucrar com isso. A verdade é que esse marco não privatiza. Ele aceita investimento privado. Se estivesse bom, não se precisava do novo marco. Nós tínhamos quase metade da população brasileira sem acesso a esgoto e mais de 20% sem acesso a água tratada.

Se estivesse bom, se o Governo do PT tivesse levado água e esgoto ao povo, o Governo Bolsonaro não precisaria fazer o novo marco do saneamento agora.

Parabéns ao Congresso e ao Governo Bolsonaro, que o aprovaram! E fica o "mimimi", o chororô da Esquerda, para o que ninguém dá bola.



16/07/2020 - 170

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do § 5º, art. 4º, do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu peço a atenção desta Casa a essa emenda, em especial do Relator da matéria, o Deputado Fábio Trad. Já recebi sete ligações de advogados dizendo da inconsistência e da impossibilidade de o texto ser aprovado como está.

Somos favoráveis ao acordo - é necessário para aprovar os pagamentos -, mas a lei não pode se contrapor à regra de pagamento estabelecida pelo art. 100 da Constituição. Lá só são pagos no exercício seguinte, Sr. Presidente, aqueles precatórios que chegarem até 1º de julho. De acordo com essa lei, se eu fizer um acordo em setembro, já posso pagar no ano que vem. Não pode! E não é questão de querer ou não.

Então, pondero ao Relator. Vários advogados estão ligando para todos nós e dizendo que temos que suprimir esse § 5º do art. 4º, que vai de encontro, colide com o que dispõe o art. 100 da Constituição Federal. Pondero para não prejudicar os acordos, porque alguém vai questionar o pagamento. Haverá casos em que uma pessoa entrará em setembro e só receberá 2 anos depois. Outra que fez um acordo receberá o dinheiro no exercício seguinte. Isso não pode acontecer.

Portanto, o PDT é a favor do destaque e vota "não" ao texto. Pondero a esta Casa para que possa reavaliá-lo.

Documento 51/110

91.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020-
CD 20:00

Publ.: DCD - 16/07/2020 -

171

JORGE SOLLA-PT -BA

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 5º do art. 4º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Apropriação dos salários de assessores pelo então Deputado Federal Jair Bolsonaro e seus filhos, as chamadas rachadinhas. Envolvimento do clã Bolsonaro com milicianos.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- O PT vota a favor do destaque.

Para aqueles que questionaram a quadrilha Bolsonaro, eu vou desenhar. Bolsonaro ficou 27 anos na Câmara desenvolvendo a tecnologia da rachadinha, apropriando-se ilegalmente do salário de assessores fantasmas. Ele montou uma máfia, um clã parlamentar com seus filhos, e transferiu a tecnologia.

Os meninos são bons alunos e aprenderam muito com o pai. Eles desenvolveram essa máfia na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ, e o Queiroz era o operador, era o caixa. E eles a ampliaram. Além das rachadinhas e dos salários de assessores fantasmas, envolveram-se com a milícia, ganharam dinheiro ilegalmente da milícia do Rio de Janeiro, defenderam a milícia, homenagearam a milícia.

Então, essa quadrilha que se apossou do Palácio do Planalto está sendo desmoralizada e está desmoralizando V.Exas., que inclusive estão sendo alvo de investigação das *fake news*.

Documento 52/110

91.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020-
CD 20:04
Publ.: DCD - 16/07/2020 - DARCI DE MATOS-PSD -SC
171

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 5º do art. 4º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Inconsistência do discurso da Esquerda sobre a privatização da água pelo Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, a respeito da atualização do marco legal do saneamento básico.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD orienta "sim", pela manutenção do texto.

Não consigo ficar ouvindo essa narrativa da Esquerda, que costuma não falar a verdade. Primeiro, falo com relação ao marco regulatório do saneamento. Ele é fundamental, pois está muito ruim: 100 milhões de pessoas não têm saneamento básico no Brasil, 30 milhões não têm água tratada, 5 milhões fazem suas necessidades no mato. Alguma coisa tínhamos que fazer. O marco regulatório dá condições jurídicas e cria possibilidade para investimentos privados no saneamento básico do nosso País.

Portanto, essa narrativa mentirosa de que estamos vendendo a água e a privatizando, isso tudo é conversa fiada. Nós estamos, sim, buscando uma alternativa para melhorar os índices de saneamento básico do nosso País, Sr. Presidente.

Documento 53/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	20:04
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 172	MARCELO RAMOS-PL -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 5º do art. 4º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de

nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu entendo a preocupação do Deputado Mauro Benevides, mas é importante explicar que esse dispositivo foi incluído justamente para atender à sistemática da LDO e, em especial, do § 5º do art. 100 da Constituição Federal.

Como há previsão no projeto de lei de acordo em processos não transitados em julgado quando houver reiteradas decisões sobre a matéria, se o processo não transitou em julgado, não há previsão orçamentária. Por isso, ele empurra para o ano fiscal seguinte para que haja garantia de previsão na LDO. Isso foi uma solicitação do Ministério da Economia quando do diálogo para o fechamento do texto do relatório do Deputado Fábio Trad.

Diante disso, o PL encaminha "sim", Sr. Presidente.

Documento 54/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	20:04
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 172	SAMUEL MOREIRA-PSDB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 5º do art. 4º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós achamos que o texto do Relator garante mais previsibilidade para os acordos. Ou seja, você garante os acordos em função do texto dessa nova lei. Então, por essa previsibilidade para os próprios acordos, atinge-se o objetivo do projeto de lei do Deputado Marcelo Ramos. O Relator foi muito feliz. Não vale a pena suprimir essa parte do texto. Então, nós vamos apoiar o texto do Relator,

votando "sim".

Documento 55/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	20:08
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 172	LÍDICE DA MATA-PSB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 5º do art. 4º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Indignação com o veto presidencial apostado ao art. 16 do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, relativo à atualização do marco legal do saneamento básico.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSB orienta "não", apoiando o destaque do PDT, que consideramos fundamental.

Também, Sr. Presidente, gostaria de registrar que, mais uma vez, o Presidente da República comete um grande equívoco, um absurdo contra o Parlamento brasileiro. Após fazer, no Senado e na Câmara, incluindo os Governadores, um acordo sobre o projeto de saneamento, veta o art. 16, que impede a renovação de contratos com as empresas estatais, levando, portanto, a uma obrigação da privatização e levando a grandes dificuldades as empresas estatais em cada Estado, inclusive aquelas que já realizaram outro tipo de contrato.

Isso é um absurdo, é um desrespeito ao Parlamento brasileiro, é a transformação do veto sempre na última palavra de um Presidente autoritário, que desrespeita permanentemente o Congresso Nacional e que não respeita a palavra que dá a um acordo de lideranças entre o Governo e as duas Casas.

Documento 56/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020-
---------	--

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 5º do art. 4º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Inviabilização do direito do povo à água potável e ao tratamento de esgoto, diante do veto apostado ao art. 16 do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, acerca da atualização do marco legal do saneamento básico.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSOL acompanha o destaque do PDT.

A Constituição é muito clara: estabelece que há uma fila e quem deve merecer, conforme decisão da Justiça, receber o precatório. Da forma como está, ainda que possa se considerar que houve boa vontade, acabou se dando brecha para furar fila. Isso vai favorecer possivelmente gente poderosa, o que já é uma cultura do Estado brasileiro.

Essa cultura se expressa na ação do Governo todos os dias, quando tenta destruir e vetar decisões do Congresso, como fez na própria lei de privatização do sistema de água e esgoto.

O que um Deputado aí não falou é que o veto ao art. 16 inviabiliza a transição em favor das empresas públicas. É dinheiro público que o BNDES está garantindo, no valor de 800 bilhões de reais, para enriquecer multinacionais da água e inviabilizar o direito à água potável e ao tratamento de esgoto para o povo. É disso que se trata. Vamos parar de balela.

Defendemos a água como direito. Por isso, nós estamos com o PDT também.

Publ.: DCD - 16/07/2020 - GILSON MARQUES-NOVO -SC
174

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 5º do art. 4º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, além dos argumentos expostos pelo Deputado Marcelo Ramos, há o fato de que, já que o acordo tem que ser estimulado, é bom que seja feito antes do trânsito em julgado. Primeiro, isso divide o risco. Mesmo que improvável que seja feita, essa alteração é possível. Outro ponto é que, se ficar definido que o pagamento seja feito só após o trânsito em julgado, isso vai desmotivar o credor, porque vai demorar para ele iniciar o recebimento.

Então, nós orientamos "sim" ao texto.

Documento 58/110

91.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020-
CD 20:12

Publ.: DCD - 16/07/2020 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA
175

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 5º do art. 4º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela maioria das mortes ocorridas no Brasil em decorrência da Covid-19. Defesa de

aprovação de impeachment do Presidente da República.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Minoria orienta "não", ressaltando a consistência do que disse muito bem o Deputado Mauro Benevides Filho, do PDT, ao defender a emenda de seu partido.

Sr. Presidente, é importante que digamos às pessoas que estão aí no plenário e que dizem que é mi-mi-mi apontar o dedo para o Governo Bolsonaro como único responsável pela ampla maioria das mortes no Brasil - já são 75 mil vidas perdidas - que elas deveriam respeitar as famílias enlutadas, deveriam respeitar o povo brasileiro e deveriam fazer uma autocrítica, porque já se vão meses sem Ministro da Saúde, e o Governo precisa responder pela inépcia, pela incompetência e pelos atos de corrupção - de peculato, para ser precisa juridicamente - em relação ao financiamento e à produção de *fake news*.

Precisamos avançar em direção ao *impeachment*. O Brasil não resiste até 2022 com, infelizmente, o Sr. Bolsonaro no poder.

Nós queremos democracia!

Documento 59/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	20:16
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 175	BIA KICIS-PSL -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 5º do art. 4º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Relevância da Medida Provisória nº 984, de 2020, acerca dos direitos de transmissão de jogos de futebol, e a duração do contrato de trabalho de atletas durante a pandemia da Covid-19.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -

Presidente, o Governo orienta "sim" ao texto e "não" ao destaque.

Quero lembrar que nós que gostamos de democracia, honestidade, eficiência e liberdade celebramos hoje também que haverá um Fla-Flu transmitido pelo SBT, já que a medida provisória do Governo deu ampla liberdade de escolha quanto a quem pode transmitir o jogo. Então, parabéns ao Governo por essa iniciativa e parabéns ao Congresso, que certamente está junto nisso, na luta pela liberdade. E vamos ao Fla-Flu pelo SBT.

Obrigada, Presidente.

Boa noite.

Documento 60/110

91.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	15/07/2020-20:16
Publ.: DCD 16/07/2020 - 176	- JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 9, oferecida ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Protesto contra a aposição de veto presidencial ao art. 16 do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, a respeito da atualização do marco legal do saneamento básico.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - O art. 4º trata da possibilidade de acordos terminativos (*falha na transmissão*) matéria louvável, mas que merece ajuste, para ficar claro o respeito à fila de precatórios, mesmo nessa hipótese de acordo terminativo, vedando-se qualquer tipo de acordo para pagamento direto.

A redação, Sr. Presidente, merece ajuste, pois a previsão de valores de alçada pode ensejar dúvidas quanto à possibilidade de pagamento direto dos acordos, em desrespeito à lógica da fila de precatórios

estabelecida na Constituição Federal.

Eu quero aproveitar para relatar o crime que Bolsonaro está cometendo agora em relação ao saneamento - mais um, porque a lista é imensa; já perdemos a conta de quantos crimes ele cometeu. Os maiores investimentos da história do Brasil em saneamento foram feitos nos Governos do PT, com Lula e Dilma. Desde o golpe que tirou a Presidenta Dilma do poder, os recursos para esse setor foram cortados. E não foi por acaso, Presidente. A Emenda 95, ao congelar os recursos para as políticas públicas e os investimentos públicos, acabou com o financiamento público para habitação e saneamento. Agora eles dizem que querem privatizar o setor porque não existe financiamento público. Só que o BNDES já separou 800 milhões de reais para as empresas privadas; esses 800 milhões de reais não podem ir para as empresas públicas.

As empresas públicas só tiveram financiamento para saneamento básico neste País nos Governos do PT. Agora querem privatizar o setor, entregando os Municípios lucrativos. A população precisa saber que os sistemas de água e esgoto são deficitários em 90% dos Municípios brasileiros, não se pagam (*falha na transmissão*). Eles querem privatizar as grandes cidades que dão lucro e deixar aquelas que dão prejuízo para as empresas públicas, que, além de não terem financiamento e não terem investimento público, não terão capacidade de manter os sistemas deficitários, porque hoje os déficits das cidades menores são compensados pelos lucros das grandes cidades. É o lucro das grandes cidades que financia o abastecimento de água e saneamento nas pequenas.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. Bloco/MDB - MA) - Muito obrigado, Deputado.

Deputado Marcelo Ramos, como orientam o PL e a Maioria?

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - Sr. Presidente, eu não utilizei os meus 3 minutos. Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. Bloco/MDB - MA) - Eu vou conceder mais 1 minuto a V.Exa., mas V.Exa. já falou por mais de 1 minuto.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - Não, Presidente. Eu usei 2 minutos. Falta 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. Bloco/MDB - MA) - Tudo bem. Continue, Deputado Jorge Solla. V.Exa. tem mais 1 minuto. V.Exa. tem razão.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - Obrigado.

Mais uma vez, a mentira prevalece nas hostes governistas. Eles conquistaram votos com um acordo para colocar na lei um artigo que garantia a renovação dos contratos das estatais com os Municípios. Acordaram isso, inclusive, com Governadores e Líderes partidários. Conquistaram votos para aprovar essa medida, que é privatista mesmo com esse artigo. E agora o Presidente faz mais um veto criminoso.

Sem esse artigo, os contratos que terminarem não poderão ser renovados e terão que ser licitados. Eles estão de olho no dinheiro das cidades lucrativas. Já para os 90% dos Municípios brasileiros que não são lucrativos eles estão pouco se lixando.

Essa é mais uma mentira, e é uma mentira que desmoraliza, sim, a Liderança do Governo na Câmara, que não terá mais autoridade para negociar e falar em nome deste Governo, o Governo da mentira, o Governo das *fake news*.

Documento 61/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	20:20
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 177	JORGE SOLLA-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 9, oferecida ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Necessidade de liberação, pelo Ministério da Saúde, de recursos aos Estados e Municípios para combate à pandemia de coronavírus.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- A nossa orientação é a favor desta emenda. Ela evita que seja furada a fila dos precatórios, garante que não seja atropelada a sequência estabelecida.

Nós queremos aproveitar para, mais uma vez, cobrar do Ministro da

Saúde que faça a aplicação dos recursos no combate à pandemia. Mais de 3 meses depois, e após ter tido três Ministros, o Ministério da Saúde não entrega os equipamentos de proteção individual; o Brasil é o 14º país em teste diagnóstico por número de habitantes, apesar de ser o segundo em número de casos; o Brasil não investe recursos para ampliar a capacidade instalada na área hospitalar; e dos 14 mil equipamentos que o Ministério prometeu entregar a Estados e Municípios foram entregues pouco mais de 800. E as mortes se acumulam: mais de 75 mil brasileiros já perderam a vida graças ao genocídio de Bolsonaro, graças ao genocídio deste Governo e à incompetência do Ministério da Saúde.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 62/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	20:20
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 178	MARCELO RAMOS-PL -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 9, oferecida ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de passar à orientação, quero registrar, por uma questão de justiça, o protagonismo e o papel muito importante da Deputada Margarete Coelho no trato desta matéria. A Deputada Margarete Coelho foi autora do requerimento de urgência e envidou todos os esforços pela aprovação do requerimento de urgência no Colégio de Líderes e aqui, neste Plenário. É importante registrar o protagonismo dela neste tema também.

O projeto de lei não tem previsão de possibilidade para se furar fila de precatório.

O PL encaminha o voto "não" à emenda.

Documento 63/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	20:20
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 179	- ELIAS VAZ-PSB -GO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 9, oferecida ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSB orienta "sim", por entender que a emenda vai garantir o respeito à fila de precatórios. Isso fica bem definido com a emenda. Portanto, o PSB orienta pelo acatamento do destaque, orienta "sim".

Documento 64/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	20:24
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 179	- MAURO BENEVIDES FILHO-PDT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 9, oferecida ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de

nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta matéria precisa ser esclarecida.

Eu pondero que, de maneira diferente da emenda do PDT, o brilhante Deputado Marcelo Ramos me respondeu como se fosse um questionamento de ordem orçamentária. Ninguém está tratando de nada disso!

O que está sendo dito aqui é que, feito o acordo, que é importante, ele não pode suplantiar a forma de pagamento que consta da Constituição. É só isso! Seria importante que o Relator, o Deputado Fábio Trad, nos dissesse alguma coisa em relação a isso, porque há vários advogados ligando para nós para falar sobre esse tema. Então, eu pondero sobre isso e digo a esta Casa que o texto não pode ficar da maneira como está, porque, quando se fizer o acordo, depois de 1º de julho, ele vai passar à frente de todos os que esperam há 15, 20 anos para receber o pagamento.

Portanto, votamos "sim" à emenda e "não" ao texto. É importante que esta Casa se posicione em relação a isso.

Documento 65/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	20:24
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 180	EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 9, oferecida ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Anúncio da realização de grande movimento virtual em defesa dos povos indígenas e dos quilombolas.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem

revisão do orador.) - O PSOL está com o destaque, Presidente, e vota "não" ao texto.

Aproveito para dizer que estou aqui com uma obra de arte do povo também-tenetehara para anunciar que amanhã o povo brasileiro, as comunidades indígenas e quilombolas de todo o País, os ambientalistas e, creio, Deputados e Senadores que aprovaram quase que por unanimidade a política emergencial em favor dos povos indígenas farão um grande protesto, um grande movimento, virtual, sim, mas um movimento para repercutir a voz do povo em defesa da vida, da água, do alimento, do medicamento e da dignidade aos povos indígenas.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 66/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	20:24
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 180	DARCI DE MATOS-PSD -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 9, oferecida ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD orienta "sim" ao texto. Estamos com o Relator e argumentamos que está claro que não haverá desrespeito à fila de precatórios, Presidente.

A emenda prevê o acordo para novos precatórios, o que desestimula a prática proposta na lei e traz novos custos para a União.

Portanto, ficamos com o Relator.

Documento 67/110

91.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020-
CD 20:24

Publ.: DCD - 16/07/2020 - GILSON MARQUES-NOVO -SC
180

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 9, oferecida ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Hildo Rocha, eu fico aqui pensando qual é a vantagem para o credor em aceitar o acordo, se ele não vai poder receber o precatório desde logo.

É óbvio que, desde que esteja no registro orçamentário - e isso já está previsto no texto -, justifica-se o deságio de pelo menos 40%, por exemplo, para o credor receber logo. É isso que incentiva o acordo e é isso que é bom para as contas públicas, porque o pagamento será feito com deságio. Se for para esperar na fila, lá no final, o credor não vai fazer acordo, porque não faria sentido nenhum. E outra coisa: não se vai furar a fila, porque os pagamentos dos precatórios têm um prazo, que, para aqueles precatórios, deverá ser cumprido.

Então, voto "não" à emenda e "sim" ao texto.

Documento 68/110

91.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020-
CD 20:28

Publ.: DCD - 16/07/2020 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA
181

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 9, oferecida ao Projeto de Lei nº 1.581,

de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Expectativa de rejeição dos vetos presidenciais apostos a dispositivos do Projeto de Lei nº 1.142, de 2020, sobre as medidas de prevenção do contágio e da disseminação de coronavírus em territórios indígenas; a criação do Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 em Territórios Indígenas; a adoção de medidas de apoio às comunidades quilombolas e aos demais povos e comunidades tradicionais para enfrentamento da doença; e a alteração da Lei nº 8.080, de 1990, com vista à garantia do aporte de recursos adicionais em situações emergenciais e de calamidade pública.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Minoria, Sr. Presidente, vai liberar a bancada, por terem os Parlamentares posições diferenciadas, não obstante muito unificada quanto ao texto completo da matéria.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que é fundamental que, amanhã, estejamos bloqueados na defesa dos povos indígenas, buscando a derrubada desse veto. Esperamos que o Sr. Presidente da República ponha a mão na consciência, se houver, para liberar a garantia de álcool em gel e máscaras para os povos indígenas - estão sendo feitas pesquisas, que efetivamente têm cunho social, as quais podem mostrar a existência de algum fundamento científico que comprove a vulnerabilidade genética dos povos indígenas.

Nós não podemos aceitar que os povos indígenas fiquem à mercê, vulneráveis e sem proteção. Estamos com a Deputada Joenia, que é a nossa Líder na condução da luta em defesa dos povos indígenas e da sua proteção contra a pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. Bloco/MDB - MA) - Como vota o Governo?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - A Minoria libera.

Documento 69/110

91.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020-
CD 20:28

Publ.: DCD - 16/07/2020 -
181

JOENIA WAPICHANA-REDE -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 9, oferecida ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Defesa de rejeição dos vetos presidenciais apostos a dispositivos do Projeto de Lei nº 1.142, de 2020, sobre as medidas de prevenção do contágio e da disseminação de coronavírus em territórios indígenas; a criação do Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 em Territórios Indígenas; a adoção de medidas de apoio às comunidades quilombolas e aos demais povos e comunidades tradicionais para enfrentamento da doença; e a alteração da Lei nº 8.080, de 1990, com vista à garantia do aporte de recursos adicionais em situações emergenciais e de calamidade pública.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a orientação da REDE também é "não".

Eu queria reforçar o que disse a Deputada Alice Portugal. É extremamente necessário que esta Casa seja coerente na hora de apreciar os vetos ao PL 1.142/20, porque a oposição de 22 vetos a um projeto é algo histórico nesta legislatura. Nunca houve tantos vetos como ao projeto que trata da saúde indígena, quilombola e de comunidades tradicionais. Parece-me até cruel com esses povos, que são os mais vulneráveis neste momento de pandemia.

Então, eu peço aos Líderes que orientem suas bancadas no momento certo para que possamos derrubar esses 22 vetos.

Documento 70/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	20:28
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 182	SANDERSON-PSL -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 9, oferecida ao Projeto de Lei nº 1.581,

de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Anúncio de encaminhamento, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, de representação contra o Deputado Jorge Solla em face de acusações levianas e caluniosas proferidas contra o Presidente Jair Bolsonaro e seus aliados.

O SR. SANDERSON (PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Presidente Hildo Rocha, o Governo vota "não", pela rejeição da emenda.

Mas eu preciso fazer um registro, Presidente, e peço a V.Exa. 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. Bloco/MDB - MA) - Pois não, Deputado.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Quero assinalar que a missão do Governo, como muito tenho dito, é governar, entregar resultados a Sua Excelência, o povo brasileiro.

A missão da Oposição - e ainda mais uma oposição como a que nós vimos aqui anteriormente, feita por um Deputado da Bahia - parece-me que é ladrar. Ladrar significa falar levemente. Não falo de ladrar no sentido de roubar, de ser ladrão, não. Refiro-me a ladrar no sentido de falar levemente.

Quando esse Deputado disse que o Presidente da República é integrante de uma quadrilha, é quadrilheiro, é bandido, é criminoso, ele abusou, sim, do direito sagrado à imunidade assegurada aos Parlamentares e a utilizou para cometer crime.

Ele comete crime de calúnia, sim, contra o Presidente da República quando faz um discurso levião e irresponsável, que não contribui com em para o debate democrático. Por isso, nós assinalamos que vamos entrar com uma representação contra esse Deputado, por causa da sua extrema irresponsabilidade e leviandade, ao trazer assuntos que nada têm a ver com a discussão, caluniando o Presidente da República e todo o Governo.

Digo isso porque, quando ele se refere ao Presidente da República e aos seus apoiadores, ele está chamando a mim, inclusive, de quadrilheiro. Eu não sou quadrilheiro, e esse senhor responderá criminalmente e também perante o Conselho de Ética por acusar

levianamente pessoas honestas, utilizando o termo "quadrilheiros". Quem é quadrilheiro é bandido, e nós sabemos quem é bandido.

Então, deixo registrado o nosso repúdio a esse tipo de acusação leviana, feita por alguém que usa o Parlamento e abusa da imunidade para cometer crimes.

Documento 71/110

91.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 15/07/2020-20:32	
Publ.: DCD 16/07/2020 - 183	EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Sem revisão do orador.)
- Obrigado, Presidente.

O nosso destaque trata da previsão de restrição da responsabilidade de agentes públicos.

O modo como foi escrito o artigo trouxe-nos preocupação, e é importante que nós aperfeiçoemos o texto, porque o seu objetivo é não punir quem eventualmente não tenha agido com dolo em determinada ação administrativa, em uma gestão pública.

Sabemos que, muitas vezes, os tribunais acabam vendo problemas onde efetivamente não houve dolo e responsabilizando o gestor de forma injusta. No entanto, vivemos em um País onde a corrupção é estrutural e perversa, inclusive quando se trata de um período de pandemia, quando ocorreram fatos absurdos em todo o Brasil nas compras de equipamentos. Cito o exemplo do Prefeito Zenaldo Coutinho, de Belém - Prefeito que já tem três cassações e vai concluir o mandato cassado por três vezes pela Justiça -, que chegou a

comprar respiradores por 260 mil reais a unidade. E o Ministério Público anunciou que, talvez, o investigue - espero que a investigação seja feita.

Então, vejam: quando damos ao agente público, inclusive aos que têm cargo de confiança, cargos comissionados, esse privilégio de restrição de responsabilidade, estamos colocando em risco o dinheiro público e viabilizando, mesmo que não seja essa a intenção, essa possibilidade de desvios. E digo isso porque, se eu excludo de responsabilidade um comissionado, de algum modo, indiretamente, estou autorizando que ele realize ações que, em geral, são privativas do funcionário de carreira.

Então, o art. 6º do substitutivo é exatamente o texto que nós pretendemos aperfeiçoar.

E eu peço o apoio dos Deputados e Deputadas, exatamente porque o objetivo aqui é, efetivamente - e espero que seja essa a intenção de todos -, evitar que agentes públicos, agindo com dolo ou cometendo fraude, sejam beneficiados neste momento em que se discute aqui uma importante medida, qual seja a de viabilizar procedimentos para a liberação de precatórios, que são créditos baseados em decisões da Justiça brasileira, quando reconhece direitos, seja a uma pessoa, seja a um servidor público, seja a um ente federativo - como um Estado ou um Município - ou, eventualmente, a uma empresa.

Às vezes há também questões relacionadas a direito previdenciário.

Quando o objetivo é tão nobre, é importante que não deixemos qualquer dúvida de que a decisão que aqui estamos tomando não pode ser colocada em xeque. Ela não pode, de forma alguma, permitir uma interpretação que leve o agente público e, particularmente, aquele que nem sequer é da carreira pública - entra por nomeação de um Presidente, um Prefeito ou um Governador -, a se sentir autorizado a praticar desvios de função, desvios do que é obrigação do poder público, que é gastar de forma honesta e justa os recursos públicos.

São muitas as autoridades que, já durante a pandemia, estão sendo chamadas pela Justiça, que estão sendo investigadas pela polícia. Há secretários presos.

Enfim, é este o objetivo: não deixar margem a uma interpretação que coloque em dúvida a decisão deste Parlamento.

Obrigado, Presidente.

91.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020-
CD 20:36

Publ.: DCD - 16/07/2020 - JORGE SOLLA-PT -BA
184

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Reafirmação do pronunciamento do orador sobre o envolvimento com milicianos e formação de quadrilha pela família Bolsonaro.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- O PT é a favor do destaque e vota "não" ao texto.

Mas, Presidente, eu não posso perder este 1 minuto e deixar de informar ao Deputado que me antecedeu que queremos encontrá-lo no Conselho de Ética, inclusive, porque eu tenho um vasto material que saiu na mídia.

É uma quadrilha que tem um operador financeiro. Todo mundo já sabe quem é: Queiroz, que está preso. Ele era o operador financeiro da família. É uma quadrilha, se você acha dinheiro em conta bancária. Encontraram dinheiro na conta da Primeira-Dama e também movimentações de dinheiro, de salários de assessores fantasmas, para pagar as contas da família do Senador Flávio Bolsonaro. É uma quadrilha que tem um mecanismo de lavagem de dinheiro: a loja de chocolate do filho de Bolsonaro. É uma quadrilha que tem envolvimento com as milícias. Está comprovada a relação deles com o morto Adriano, do Escritório do Crime, assassino contratado, que também tinha envolvimento com Queiroz, que é o operador financeiro da quadrilha. A quadrilha praticou apropriação e enriquecimento ilícito. A família não tem como comprovar a origem do seu patrimônio.

Todos esses elementos estão disponíveis e foram apurados não por mim, mas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, e estão na mídia. Basta o Deputado ler as notícias que saem na imprensa.



91.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020-
CD 20:36

Publ.: DCD - 16/07/2020 - MARCELO RAMOS-PL -AM
185

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não tenho dúvida de que é absolutamente legítima a preocupação do PSOL, aqui verbalizada pelo Deputado Edmilson Rodrigues, mas quero ponderar que o que está na lei é o inverso absoluto.

Vejamos. Dispõe o art. 6º, que o destaque pretende suprimir:

Art. 6º Aplica-se o disposto no art. 40 da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, aos servidores e agentes públicos, inclusive os ocupantes de cargo em comissão, que participarem do processo de composição judicial regulamentado por esta lei.

Vamos à lei e ao seu art. 40, que diz o seguinte:

Art. 40. Os servidores e empregados públicos que participarem do processo de composição extrajudicial do conflito, somente poderão ser responsabilizados civil, administrativa ou criminalmente quando, mediante dolo ou fraude, receberem qualquer vantagem patrimonial (...).

Então, o que o Deputado Edmilson disse está, perfeita e expressamente, atendido pelo dispositivo. Havendo dolo ou fraude, o agente público será punido. Ele não pode é ser responsabilizado sem que esteja configurado o dolo ou a fraude.

Eu quero fazer essa ponderação e, diante dela, encaminhar, pelo PL e pela Maioria, o voto "sim", pela manutenção do texto.

91.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020-
CD 20:40

Publ.: DCD - 16/07/2020 - SAMUEL MOREIRA-PSDB -SP
186

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB orienta "sim", com o texto do Relator, devidamente explicado pelo Deputado Marcelo Ramos.

Veja, às vezes, a intenção é muito boa, mas, ao se ampliarem as possibilidades, você acaba diminuindo a intenção do agente público de fazer acordos e correr riscos genéricos que o deixem vulnerável. Então, tem que estar especificado na lei, como está, "mediante dolo ou fraude", se receberem vantagens indevidas. Isso está muito bem explicado, e o Relator também foi muito feliz nesse texto.

Nós encaminhamos o voto "sim", sem a supressão dessa parte do texto do Relator.

91.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020-
CD 20:40

Publ.: DCD - 16/07/2020 - JHC-PSB -AL
186

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com

desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. JHC (PSB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer, na noite de hoje, um agradecimento todo especial ao grande Deputado Marcelo Ramos, proponente do projeto sobre o qual ora nós estamos nos debruçando e que estamos aprovando, e gostaria de cumprimentar também, de forma toda especial, o Relator, Deputado Fábio Trad.

E gostaria de lhes agradecer, assim como aos colegas que defenderam a minha proposta de fazer a subvinculação dos 60% dos precatórios do FUNDEB para os professores. Isso não é um favor; é um direito. E eu agradeço a todos os que, neste momento, aprovaram esse texto e fizeram a defesa de uma classe que merece e que significa o futuro do nosso País.

O PSB orienta o voto "não", Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 76/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	20:44
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 187	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Apoio do Presidente do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, à rejeição de veto presidencial apostado ao art. 16 do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, acerca da atualização do marco legal do saneamento básico.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vota "sim" ao destaque.

Eu queria, neste momento, Presidente, esclarecer ao nosso Plenário e a todos os que nos ouvem que o Senador Alcolumbre já está dando apoio à derrubada do veto de Bolsonaro à renovação do contrato de saneamento, art. 16 - trata-se de uma autorização às estatais para renovarem por 30 anos os contratos do setor.

Queria dizer aos Parlamentares que se manifestaram e não conhecem a questão que os Senadores Otto Alencar, do PSD, e Major Olimpio, que é do partido que era o do Governo, ou seja, do PSL, estão a favor da derrubada do veto também.

Nós estamos tratando aqui, Sr. Presidente, de uma coisa muito séria. As pessoas não sabem nem o que é subsídio cruzado, não sabem que a maioria dos países que privatizaram a água reverteram a decisão, porque água é vida, não é razão de negócio.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. Bloco/MDB - MA) - Muito obrigado, Deputado.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Isso que foi feito é para aumentar tarifa, é para dar ganho à iniciativa privada. Nós temos que proteger a população e defender investimento público em água e esgoto. Isso se faz não entregando o setor para a iniciativa privada. Nenhum lugar do mundo - cito a Alemanha, a França - adotou esse sistema.

Documento 77/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	20:44
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 188	MÁRCIO JERRY-PCDOB -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Defesa de rejeição de veto presidencial aposto ao art.

16 do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, acerca da atualização do marco legal do saneamento básico.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB orienta "sim" ao destaque e "não" ao texto.

Eu aproveito este momento, Presidente, para também fazer referência à importância fundamental para o Brasil de nós derrubarmos o veto ao art. 16 do projeto acerca do saneamento. É muito importante que tenhamos a sessão do Congresso Nacional e que possamos manter aquilo que foi aprovado nas duas Casas, após muito debate e muitas mediações feitas com muitos atores.

É um desrespeito muito grande do Presidente da República vetar uma matéria tão importante, de uma dimensão tão estratégica e aprovada a partir de uma costura, de uma articulação muito bem construída nas duas Casas.

Eu reitero aqui, então, o apelo que muitos colegas Deputados e Deputadas têm feito para que tenhamos a sessão do Congresso e derrubemos esses vetos.

Documento 78/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	20:44
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 188	GILSON MARQUES-NOVO -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Esclarecimento a Deputado do PSOL sobre o teor do art. 16 do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, acerca da atualização do marco legal do saneamento básico.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Presidente, o NOVO orienta "sim".

Tenho a sensação de que há um problema aí de interpretação, de terminologia. O artigo está bem claro no sentido de que tem que haver a responsabilização quando existe dolo ou fraude, justamente os dois institutos que abrangem a corrupção. Não se está falando aqui em culpa. Então a preocupação do PSOL está atendida.

Por outro lado, eu gostaria de dizer ao Deputado do PSOL que me antecedeu que o Chile tem todo o sistema de tratamento e entrega de água privatizado, e 100% do público é atendido. Aqui no Brasil, infelizmente, o público não é atendido, mas é cobrado.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Meu Deus, coitados dos chilenos!

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Achar que o serviço é barato ou que não é cobrado é uma grande mentira, porque, na verdade, todo mundo paga, e ele não é feito.

Documento 79/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	20:48
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 189	MAURO BENEVIDES FILHO-PDT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo do art. 6º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estou impressionado. Esta Casa, na votação da Medida Provisória nº 930, já retirou este texto. O próprio Presidente Bolsonaro pediu para retirar. O art. 3º dizia: "*Ressalvadas as hipóteses de dolo ou fraude, os integrantes da Diretoria Colegiada e os servidores do Banco Central do Brasil não*

serão passíveis de responsabilização (...)".

O próprio Supremo já viu que isso não é mais possível. O próprio Presidente da República já retirou isso da interpretação. O servidor público não pode ficar isento quando ele está agindo em nome do Estado. Essa não é uma opinião minha ou de quem quer que seja, é opinião do Governo, que, inclusive, retirou essa possibilidade da MP 930.

Aliás, essa MP 930 é que deu incentivo fiscal para bancos. Eu nunca vi isto na minha vida: bancos que estão perto de ir à falência vão ter direito a crédito presumido. Isso acontece só no Brasil, Sr. Presidente.

Então, votamos "sim" à emenda e "não" ao texto.

Documento 80/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	20:48
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 189	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo do art. 6º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Defesa de rejeição do veto presidencial aposto ao art. 16 do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, acerca da atualização do marco legal do saneamento básico.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Minoria, Presidente, é "não" ao texto e "sim" à emenda do PSOL. Inclusive, já foi esclarecida a importância disso.

Quero dizer que o Deputado governista que fez a defesa do veto do saneamento não deve ter conseguido acompanhar o debate. O contrato de programa é que garante, efetivamente, esse subsídio cruzado, para que o Município onde o sistema dá lucro possa fazer com que esse lucro seja direcionado também para assistir ao pequeno Município. Com o contrato de programa aniquilado, haverá uma

anarquia do ponto de vista dos serviços de água e saneamento em nosso País. Vai haver uma enxurrada de judicializações para os contratos que estão em vigência. Isso é uma irresponsabilidade.

Derrubemos esse veto, porque ele arrebenta com o direito à água. Água não é mercadoria!

Documento 81/110

91.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	15/07/2020-20:48
Publ.: DCD 16/07/2020 - 190	- DAVID SOARES-DEM -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. DAVID SOARES (Bloco/DEM - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, encaminho "sim".

Convido os colegas a me acompanharem. Já foi plenamente explicada a necessidade, a injustiça, a questão humanitária, técnica e constitucional que estamos defendendo, de que o Governo, até então, não estava ciente. Mas, agora, eu creio que o Governo entendeu a necessidade. Juntos, vamos chegar a isso.

Portanto, o encaminhamento é "sim" à emenda, Sr. Presidente.

Documento 82/110

91.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	15/07/2020-20:52
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 191	- JORGE SOLLÁ-PT -BA		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO	

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, veja bem, nós já tínhamos pacificado nesta Casa que não aceitaríamos emendas, destaques de matérias estranhas ao conteúdo do projeto. Isso estava muito claro até hoje.

Não quero entrar nem no mérito do assunto. A emenda visa alterar normas que tratam de atuação tributária, não tem nenhuma relação com o projeto de lei.

Tal benefício tributário merece ser debatido, sim. Nós concordamos que devemos debater esse assunto, mas em projeto que trate de questões tributárias. Não podemos romper algo que já está pacificado nesta Casa, que é acabar com os famosos jabutis, que são emendas que são colocadas em projetos com os quais não têm nenhuma relação.

Nós estamos tratando de um assunto que não diz respeito a alterações tributárias. Por isso, nós vamos encaminhar contra a emenda e a favor do texto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Presidente, o NOVO também quer orientar, e eu passo a palavra para o Deputado Gilson.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. Bloco/MDB - MA) - O PT orienta "não". É isso, Deputado Jorge Solla?

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - Exatamente. "Não" à emenda e "sim" ao texto.

Publ.: DCD - 16/07/2020 - EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA
191

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSOL também acompanha o Relator, o substitutivo. O partido é contra a emenda, não no mérito, que acho que merece ser debatido, mas porque se trata realmente de uma matéria estranha ao tema do projeto.

Não podemos abrir mão dessa coerência, que foi um passo importante que se deu. Desde o ano passado, o Presidente Rodrigo Maia tem sabido separar o joio do trigo. Cada assunto, cada tema tem o seu momento certo, com toda a transparência, para que não decidamos sobre um tema, como o dos precatórios, e acabe, de algum modo, passando, digamos, como algo natural um assunto estranho, ainda que possa ser importante - e eu acho que, neste caso, o assunto é importante, porque diz respeito a instituições importantes da fé e da cultura do povo.

Nesse sentido, "sim" ao texto.

Documento 84/110

91.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020-
CD 20:52

Publ.: DCD - 16/07/2020 - ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ
192

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o

pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB vai liberar a bancada.

Há aqueles que, como eu, entendem que, por conta do art. 1º da emenda, esta matéria deveria ser tratada em outro momento, porque se trata, a nosso ver, de uma nova isenção tributária, que não está prevista no artigo citado da Constituição, embora o art. 2º da emenda não traga nada de novo e não tem nenhum problema.

No entanto, há também outra visão na bancada também. Uma parte dos Deputados da nossa bancada entende que (*falha na transmissão*) ainda que se trate de uma matéria que não estava no texto, ela merece apoio.

Por essa razão, como teremos votos a favor da emenda e contra ela, como é o meu caso, nós liberamos a bancada, Presidente.

Documento 85/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	20:56
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 193	- MAURO BENEVIDES FILHO-PDT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT orienta "sim"...

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. Bloco/MDB - MA) - Como orienta o PCdoB, Deputado Márcio Jerry? *(Pausa.)*

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Posso concluir, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. Bloco/MDB - MA) - Pode, Deputado Mauro.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apesar de ser oportuno discutir o mérito em lei específica - e podemos fazê-lo, com certeza -, eu estranho a pertinência da matéria, como já foi abordado aqui.

Toda vez que se abre mão de receita, diz a LRF que é preciso compensá-la de alguma forma. Se esta emenda valesse só para a pandemia, esse artigo da LRF estaria suspenso. O.k. Mas não é isso que estamos discutindo. Portanto, como isso será permanente, tem de atender o que dispõe o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como eu disse, podemos discutir o mérito, um tratamento especial para as igrejas, mas não nesta matéria, sem dizer de onde vêm os recursos. Eu pondero a esta Casa que isso seja analisado com mais profundidade.

O PDT vota com a emenda e, portanto, "não" ao texto.

Documento 86/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	20:56
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 194	MARCELO RAMOS-PL -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aqui fazer uma ponderação. Peço a todos que escutem com atenção.

A Constituição Federal garantiu a imunidade tributária para as igrejas. A Receita nega o que está escrito na Constituição Federal. Esta Casa, em 2015, aprovou uma lei confirmando a imunidade tributária das igrejas.

A Receita Federal cria subterfúgios, cria subinterpretações para insistir na tributação de verbas de natureza indenizatória de pastores e de instituições religiosas. Cria subterfúgios para taxar com CSLL o resultado positivo de um ano para o outro. Cria subterfúgio para cobrar imposto de renda sobre remessas feitas para o exterior para o pagamento de obreiros em atividade em outros países.

O que esta Casa está fazendo é até absurdo, porque nós estamos pedindo que a Receita Federal simplesmente cumpra uma lei aprovada por nós!

Então, eu quero fazer um apelo. Eu sei da sensibilidade do tema. Quero registrar aqui o absoluto empenho do Deputado David Soares e do Deputado Cezinha de Madureira e preciso fazer o registro de que o Deputado Silas Câmara, Presidente da Frente Parlamentar Evangélica, que em todo momento tentou criar mecanismos de diálogo, apresentou uma emenda e teve a sensibilidade de retirar o destaque por conta do acordo em torno deste destaque do Deputado David Soares.

Eu quero fazer um apelo para que possamos aprovar esta matéria, que nada mais é do que confirmar o que esta Casa aprovou como lei em 2015 e o que está na Constituição. Nós podemos até mudar a Constituição, mudar a lei de 2015, mas, enquanto existir a imunidade tributária prevista na Constituição e os termos da lei de 2015, a Receita Federal não pode seguir levantando-se e ignorando as disposições aprovadas por esta Casa.

O PL vota "sim", Sr. Presidente.

Documento 87/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	21:00
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 194	PAULO GANIME-NOVO -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO



Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Antes do Governo, que normalmente é o último a falar - desculpe, Deputado Sanderson, não é nada pessoal -, eu queria fazer a orientação do NOVO.

O Deputado Marcelo geralmente é muito técnico e preciso. Às vezes, discordamos no mérito, mas ele raramente se equivoca. Ele tem muita razão em uma parte desta emenda. Inclusive, a nossa orientação seria favorável à emenda, pelo entendimento que o Deputado Marcelo trouxe, ao dar clareza a algo sem discutir o mérito, dizendo que a Constituição prevê isso, como ele bem disse. O problema é que essa emenda é mais ampla do que aquilo que o Deputado Marcelo disse. Ela, inclusive, cria uma nova isenção fiscal.

Por conta disso, a orientação do NOVO é "não", sem entrar no mérito do que está sendo tratado aqui. Inclusive concordamos, não com o mérito, mas que há essa questão da Receita e essa insegurança jurídica, que tem que ser resolvida, tem que ser tratada. Mas também há o fato de que essa matéria não tem nada a ver com este projeto.

Eu acho que caberia, inclusive faço este apelo, até para não haver um debate aqui que não deveria ocorrer neste momento, que retirássemos esta emenda, este destaque, e debatêssemos isso, até com alguma urgência. Não haveria nenhum problema se nós fizéssemos um acordo para debater esse tema em outro momento, de uma forma mais correta do que incluir isso, que não tem nada a ver com este projeto.

Por isso, a orientação do NOVO é "não".

Documento 88/110

91.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020-
CD 21:00

Publ.: DCD - 16/07/2020 - SANDERSON-PSL -RS
195

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. SANDERSON (PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Presidente Hildo Rocha, o Governo inicialmente havia liberado a sua bancada, mas, depois, obtendo informações técnicas, inclusive, de setores técnicos do Governo, nós mudamos o posicionamento e votamos "sim" aos termos da emenda, porque entendemos que ela é juridicamente viável.

Por isso, o Governo vota "sim" à aprovação da emenda. O projeto, diga-se de passagem, já que este é o último destaque, foi muito bem relatado pelo competente Deputado Fábio Trad. O projeto é de autoria do também competente e diligente Deputado Marcelo Ramos.

Parabéns a todos os envolvidos!

Documento 89/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	21:04
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 196	- ELI BORGES-SOLIDARIEDADE -TO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apelo aos Parlamentares de apoio à Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.



O SR. ELI BORGES (Bloco/SOLIDARIEDADE - TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o art. 150 da Constituição Federal, no seu inciso VI, alínea "b", é muito claro quando trata da isenção de impostos para atividade religiosa. Isso é fato consumado na nossa Carta Magna.

Em outro ângulo, Sr. Presidente, este Parlamento já votou matérias nesse sentido. E, como já foi debatido, essas matérias não tiveram o devido respeito por parte da Receita Federal. Portanto, esta é uma oportunidade ímpar, que nós, como defensores da isenção tributária já garantida pela Constituição, temos que fazer valer essa posição, para que a Receita compreenda mais uma vez que ela está garantida pela Carta Magna.

Em outro ponto, é preciso também deixar claro que, na medida em que uma membresia de uma comunidade religiosa busca recursos para manter pessoas que são enviadas para o exterior, essas pessoas pagam impostos. Portanto, quando a Receita cobra da comunidade, está inserida aí uma bitributação. É por essa razão também que nós precisamos aproveitar esta matéria que trata diretamente de questão tributária. O assunto é esse. De ponta a ponta desse projeto, não vale outra afirmação, que não seja essa, no sentido de que possamos aprovar esse Destaque n^o 2.

Em outro ângulo, Sr. Presidente, eu vou sair desse viés, que eu entendo ser legal. Ora, se eu sou Parlamentar e estou votando uma matéria que trata de questão tributária, eu não vejo por que essa matéria não cabe nesse projeto e não vejo também, em nenhum momento, que estaríamos ampliando esse prazo por tempo indeterminado. É apenas o resgate daquilo que já existe e que a Receita não tem respeitado.

Agora eu quero conclamar todos os Parlamentares para que tenham, neste momento, um gesto de respeito à importância das atividades religiosas que acontecem neste País e que fazem um brilhante trabalho de norte a sul, leste a oeste, muitas vezes a custo zero para o Erário.

Não é justo, Sr. Presidente, que pessoas de uma comunidade religiosa - e são pessoas que, às vezes, precisam vender pamonha, bombom, sacrificando-se, tirando aquele dinheiro pouco das comunidades sofridas do Brasil para sustentar aqueles que vão muitas vezes dar sua vida no exterior - não tenham, neste momento em que discutimos de ponta a ponta nesse projeto a questão tributária, o apoio deste Poder.

Espero que os Parlamentares compreendam que, quando foram fazer suas buscas eleitorais, essas comunidades apoiaram vários deles, e nós vamos expressar isso - eu não estou ameaçando ninguém - na

votação nominal.

Sr. Presidente, a matéria é sim tributária. A Constituição Federal garante a isenção, a Receita nunca respeitou isso. Leis sempre existiram. Esta é a hora da compreensão do Poder Legislativo deste País. Essa história de matéria estranha não procede, até porque o projeto trata diretamente de questões tributárias.

Portanto, eu quero conclamar os Parlamentares para que votem favoravelmente a essa emenda, no sentido de que possamos aprová-la e fazer o resgate daquilo que o Deputado disse que já existe. Como é algo que já existe e a Receita nunca teve essa compreensão, vamos reforçar essa matéria dando um voto favorável a essa emenda, que é tão importante para o resgate de milhões de brasileiros que se sentem representados por este Poder e que fazem um brilhante trabalho no exterior, sobretudo aqueles que são enviados para ajudar comunidades sofridas de países sofridos e, muitas vezes, dando a própria vida.

Sr. Presidente, eu peço o apoio deste Parlamento para votar a favor dessa emenda.

Muito obrigado.

Documento 90/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	21:08
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 197	OSIRES DAMASO-PSC -TO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. OSIRES DAMASO (PSC - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC apoia esse destaque, que se propõe a garantir que as entidades religiosas não continuem sendo autuadas como sujeito passivo em decorrência de interpretações equivocadas da

legislação pela Receita Federal. Tais autuações acabam por praticamente inviabilizar o exercício dos serviços dessas entidades.

A emenda tem por objetivo esclarecer a legislação, para evitar abusos no poder de tributação e garantir a imunidade tributária das entidades religiosas, compreendendo o patrimônio, a renda e os serviços.

Portanto, o PSC é favorável ao destaque. O PSC vota "sim" ao destaque.

Documento 91/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	21:08
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 198	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Imediata votação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.824, de 2020, sobre as ações emergenciais destinadas ao setor esportivo, durante a vigência das medidas de isolamento social ou quarentena, consoante à Lei nº 13.979, de 2020.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, foi com bastante ênfase que todos os partidos da Minoria expressaram suas opiniões. A Minoria irá liberar a bancada.

Eu gostaria, no entanto, na medida em que, neste momento, a sessão avança no tempo, com matérias polêmicas, de registrar que temo que não votemos hoje o PL 2.824/20, que trata da emergência esportiva. E eu gostaria de fazer uma homenagem ao Deputado Felipe Carreras por sua obstinação, pela batalha para garantir que os fazedores de esporte, aqueles que menos ganham, que estão ao léu e que estão sem proteção social neste período de pandemia tenham seus direitos garantidos.

Eu sou coautora desse projeto, que tem muitos coautores e do qual o Deputado Alexandre Frota é Relator. A matéria é absolutamente pacificada, inclusive com as Lideranças do Governo. E eu quero aqui fazer esse apelo aos Srs. Líderes para que, o mais rápido possível, votemos o PL 2.824/20, que trata da emergência esportiva.

Nesse destaque, a Minoria libera a votação.

Documento 92/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	21:28
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 204	ZÉ NETO-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Declaração de voto favorável à aprovação da Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Inauguração, pelo Governador Rui Costa, do Hospital Clériston Andrade 2 no Município de Feira de Santana, Estado da Bahia.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar o meu voto pessoal ao Destaque nº 2 ao PL 1.581/20, junto com a bancada religiosa da Casa, especialmente com os evangélicos.

E queria também registrar a minha alegria hoje. Na minha cidade, Feira de Santana, o Governador da Bahia, Rui Costa, entregou à população o Hospital Clériston Andrade 2, um grande empreendimento, que oferece, de cara, 40 leitos de UTI para ajudar no combate ao coronavírus. São 25 mil metros de área construída, 10 mil metros de edificações. É um hospital moderno, com 3 pavimentos, para utilização dentro do sistema de saúde, nos cuidados com as pessoas, com a vida, especialmente neste momento tão difícil de combate ao coronavírus.

Eu não tenho outra coisa a fazer senão agradecer ao Governador, agradecer ao Secretário Fábio Vilas-Boas, agradecer ao diretor do hospital, José Carlos Pitanguera - que, inclusive, hoje faz aniversário -,

agradecer a todos os trabalhadores e trabalhadoras da empresa e da área de saúde, que deram essa alegria a Feira de Santana e região.

Documento 93/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	21:28
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 204	JULIO CESAR RIBEIRO-REPUBLICANOS - DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Deputado Zé Neto por apoio à Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (REPUBLICANOS - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente, quero agradecer a V.Exa. e a nossa Liderança, que mudou o nome do Deputado que iria falar pelo partido e me deu essa oportunidade. Vou dividir o tempo com o Deputado João Roma e com o Deputado Aroldo Martins, que está em Curitiba, mas já preparado para poder também falar por alguns minutos.

Quero agradecer ao Deputado Zé Neto, da bancada do PT, que, mesmo tendo orientado contrariamente à matéria, fez esse gesto a nosso pedido e também ligou para vários Deputados do PT, que realmente vieram e apoiaram essa emenda, fazendo jus ao que está escrito no art. 150 da Constituição Federal, em seus incisos, sobre imunidade de impostos. É uma grande vitória hoje para o segmento, que, sem dúvida alguma, vai trazer um alento a todas as Igrejas.

Quero dividir este tempo com o Deputado João Roma e com o Deputado Aroldo Martins.

Obrigado, Deputado Zé Neto.

Documento 94/110

91.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020-
CD 21:28

Publ.: DCD - 16/07/2020 - JOÃO ROMA-REPUBLICANOS -BA
205

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Importância do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 2.824, de 2020, sobre as ações emergenciais destinadas ao setor esportivo, durante a vigência das medidas de isolamento social ou quarentena, consoante à Lei nº 13.979, de 2020. Ação do Prefeito Municipal de Salvador, Antônio Carlos Magalhães Neto, em prol das instituições religiosas.

O SR. JOÃO ROMA (REPUBLICANOS - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Julio.

Meu caro Presidente - não só agora, da Câmara dos Deputados, mas também da Comissão Especial da Reforma Tributária -, que Deus nos ajude e nós possamos avançar com isso, para, de fato, entregarmos uma grande ferramenta ao Brasil, a fim de que possa evoluir e retomar o aquecimento da economia após o coronavírus.

Eu pedi a palavra, Sr. Presidente, para enaltecer a importância da voto "sim" nesse projeto, além de deixar muito claro para todo o Parlamento que não se trata apenas de um quesito de determinada congregação religiosa.

Enfrentamos o mesmo assunto na primeira Capital do Brasil, a cidade de Salvador, quando o Prefeito ACM Neto conseguiu, sim, fazer valer a Constituição Federal e respeitar as entidades religiosas, pois percebeu que essas entidades religiosas, todas elas, cada uma com sua crença, cada uma com sua fé, exercem um papel social fundamental para a transformação e a salvação de muitos brasileiros. Então, nada mais justo do que redundar muitas vezes o texto, mas fazer valer a nossa Constituição.

Lembro-me muito bem do episódio em que o Vereador Almir Barreto trouxe argumentos fortíssimos, quando ali tocou o Prefeito ACM Neto, que efetivamente fez cumprir, a despeito do que alguns da burocracia teimavam em não fazer valer, o papel das entidades religiosas do

Brasil. Então, isso é uma questão de justiça.

Muitas vezes, há um artifício, uma sanha de arrecadação, mas nós precisamos fazer valer aqueles que têm mérito, aqueles que exercitam não só a palavra, não só a fé, mas também a compaixão, a solidariedade em relação às pessoas que precisam ser salvas no Brasil.

Faço coro aqui também à palavra do grande Deputado Felipe Carreras, que tem feito uma saga de destaque neste Parlamento. O Deputado Felipe Carreras tem se dedicado à questão do entretenimento. Eu também fiz coro aqui para que nós conseguíssemos levar o auxílio ao setor do entretenimento, que tanto tem sido prejudicado em todo o Brasil. Nesse sentido, a cidade de Salvador e o Estado da Bahia, que têm toda uma riqueza cultural e tantas pessoas trabalhando na área da cultura, vêm sofrendo muito.

Ressalto que o PL 2.824 é de fundamental importância para o esporte, bem como destaco que também o esporte transforma vidas e tem, inclusive, tirado crianças, pessoas suscetíveis do mundo das drogas, do descaminho que existe nas nossas cidades.

Então, é muito importante que este Parlamento assuma mais uma vez o protagonismo e, sob a condução de nosso Presidente Rodrigo Maia, dê um exemplo para o Brasil e apoie o PL 2.824, que certamente será transformador.

Passo o restante do tempo ao amigo Deputado Aroldo Martins.

Documento 95/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	21:36
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 207	DAVID SOARES-DEM -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento a Casa pelo apoio à aprovação da Emenda de Plenário nº 1, oferecida ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212,

de 1991.

O SR. DAVID SOARES (Bloco/DEM - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputados, quero expressar o meu agradecimento, independentemente do resultado desta votação, a todos pelo esforço: agradeço ao Deputado Marcelo Ramos, ao Líder, ao Presidente Rodrigo Maia, ao Deputado Silas Câmara, ao Deputado Cezinha, à bancada feminina, em especial às Deputadas Dorinha, Joenia e Rosângela, enfim, são tantos que eu não consigo citar todos os nomes. Obrigado pelo esforço.

Eu acho que nós não estamos trabalhando em prol de uma pessoa ou de uma instituição. Estamos trabalhando por uma causa que há anos está sendo injustiçada. A Câmara está reconhecendo que é aqui que se fazem as leis, que é aqui que se decide como as leis vão ser cumpridas, e não lá fora. Ninguém tem o poder de fazer lei a não ser o Congresso Nacional, que não vai abrir mão de suas prerrogativas. Àquele que tentar fazer diferente, nós vamos mostrar que nós temos mandato, que nos foi dado pelo povo, que temos representação para isso. Fomos eleitos democraticamente e, de forma democrática, estamos provando qual é a vontade do povo, por meio do nosso voto.

Obrigado, Sr. Presidente, pela condução dos trabalhos. Obrigado a todos que me apoiaram. Que Deus abençoe a todos!

Documento 96/110

91.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2020- CD	21:40
Publ.: DCD - 16/07/2020 - 213	FÁBIO TRAD-PSD -MS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao Deputado Cleber Verde diante do assassinato dos seus pais. Agradecimento ao Presidente Rodrigo Maia pela designação do orador para Relator do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais, bem como do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e sobre a destinação dos recursos oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Agradecimento aos Líderes partidários, a Parlamentares e outros.

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente Hildo Rocha.

Srs. Parlamentares, é momento de agradecer, mas antes, Sr. Presidente, quero manifestar minha total solidariedade ao colega Parlamentar Cleber Verde.

Perder um pai, perder uma mãe por causa natural já é doloroso; agora, perder os pais ao mesmo tempo por razões trágicas, cruéis e desumanas, como aconteceu com o nosso querido colega Cleber Verde, é, na realidade, a mais pungente das emoções. O nosso amigo, o nosso colega deve estar, neste momento, sofrendo, chorando sangue. Então, daqui de Mato Grosso do Sul, envio o meu abraço espiritual a V.Exa., meu querido amigo, meu colega Parlamentar, que deve estar com a alma extremamente sensibilizada pelo que aconteceu com seus pais. Mas eles estão nos braços de Deus.

Sr. Presidente, faço aqui agradecimentos, em primeiro lugar, ao próprio Deputado Rodrigo Maia, que me incumbiu de estudar o projeto e fazer o relatório de acordo com as minhas convicções morais, éticas e jurídicas. Eu agradeço a S.Exa. a confiança. Agradeço também ao Deputado Marcelo Ramos, autor desse projeto extremamente importante para o Brasil. Agradeço a V.Exa., Presidente Hildo Rocha, que conduziu a sessão com brilhantismo e senso apurado de justiça. Agradeço ainda a todos os Líderes que apoiaram a essência do projeto. Houve discordância em um ou outro ponto, mas nada que afetasse a essência do projeto, que é benéfica ao País. Faço questão de agradecer ao Líder do meu partido, o Deputado Diego Andrade, que me apoiou de forma solidária na condução do estudo do projeto, assim como a toda a bancada do PSD, meu partido.

Agradeço ainda a vários estudiosos que estiveram ao meu lado para dissecar a matéria e oferecer um relatório político e jurídico aos Parlamentares, o que resultou em sua aprovação. Agradeço à Hadassah Laís de Sousa Santana, uma jovem e brilhante tributarista, que vem se notabilizando na área do direito em Brasília, ganhando cada vez mais respeito e, sobretudo, credibilidade, mercê de sua atuação, por parte de todas as pessoas que a conhecem e convivem com sua privilegiada inteligência, e aos consultores Marcos Tadeu Napoleão de Souza e José Theodoro Menck, dois estudiosos que se esforçaram muito para que esse relatório resultasse em êxito retumbante. Isso, na realidade, faz com que nós tenhamos a certeza de que este Parlamento, como a Casa plural do povo brasileiro, faz justiça quando analisa com seriedade um tema dessa envergadura.

Então, meu querido Presidente, Deputado Hildo Rocha, as minhas saudações finais. Muito obrigado pela oportunidade de usar a palavra.

92.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/07/2020- CD	14:48
Publ.: DCD - 17/07/2020 - 116	MARCELO RAMOS-PL -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela Casa, dos Projetos de Lei de nºs 2.500, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 13.979, de 2020, sobre os contratos administrativos atingidos pelas medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do coronavírus; 1.581, de 2020, referente à regulamentação do acordo direto para o pagamento com desconto ou parcelado de precatórios federais, e à destinação dos recursos obtidos ao enfrentamento da situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia de coronavírus, ou para o pagamento de dívidas da União contraídas no combate à Covid-19; e 2.824, de 2020, a respeito das ações emergenciais destinadas ao setor esportivo, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 9.615, de 1998, e 13.756, de 2018.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados que acompanham a sessão, telespectadores da *TV Câmara*, eu quero dividir esta minha fala em dois temas.

O primeiro diz respeito a ontem, que foi um dia bastante significativo para mim, em que houve a aprovação do Projeto de Lei nº 2.500, de 2020, de autoria do Deputado Eduardo Costa, do Pará, sob minha relatoria, que cria um mecanismo justo de excepcionalidade para os casos de inadimplemento de contratos com o poder público por motivo de força maior, por restrições logísticas no Estado, por aumento no quantitativo ou por qualquer outra situação excepcional decorrente da pandemia.

Eu quero agradecer ao Deputado Eduardo Costa e ao Presidente Rodrigo Maia a confiança de me entregar a relatoria de um projeto tão importante para o País neste momento tão sensível da vida da nossa gente e das relações de empresários que contratam com o poder público.

Eu quero registrar também a aprovação, ontem, do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, de minha autoria, sob a brilhante relatoria do Deputado Fábio Trad, que, com muita habilidade, conseguiu que nós tivéssemos algo que não é comum aqui no plenário: todas as orientações em

verde, ou seja, todos os partidos orientando "sim".

Foi importante o diálogo que eu tive com a Deputada Fernanda Melchionna e com o Deputado Marcelo Freixo, para convencer o PSOL da importância do projeto; na outra ponta, o diálogo com o Governo, com o Ministério da Economia, que foi flexível, fez ponderações, as quais nós procuramos ajustar no texto.

Eu quero registrar o protagonismo do meu Presidente da OAB nacional, Dr. Felipe Santa Cruz, que foi, vamos dizer assim, o motivador da apresentação desse projeto; do meu Presidente da seccional do Amazonas, Dr. Marco Aurélio Choy; do Secretário-Geral da OAB, o amazonense Dr. Simonetti; e do Dr. Marcos Vinicius, ex-Presidente da OAB, que dialogaram o tempo inteiro comigo, procurando construir um texto que atenda à advocacia, mas que, acima de tudo, atenda o Brasil, atenda os credores que litigam com o poder público e precisam ter a garantia de recebimento do seu crédito; e atenda o poder público, que ganha um desconto, ganha flexibilidade na possibilidade do pagamento e economiza recursos orçamentários, canalizados este ano para o combate à COVID e, a partir do ano que vem, sem nenhuma vinculação.

É importante registrar ainda nesse debate o protagonismo de alguns Deputados, como o Deputado JHC, que tratou comigo desde o início o tema da garantia da vinculação de 60% dos recursos de precatórios do FUNDEF para o pagamento de professores, mesmo tema abordado com muita ênfase pelo meu companheiro de partido Deputado Fernando Rodolfo, de Pernambuco, que a todo momento controlou comigo a garantia da manutenção desse texto no relatório, e o Deputado Hildo Rocha, que era o autor de um projeto de lei com esse objetivo, que acabou contemplado a partir da emenda do Deputado JHC e do esforço e da dedicação do Deputado Fernando Rodolfo.

Eu também quero registrar o diálogo muito fraterno, muito colaborativo com o Governador Flávio Dino, no sentido de que nós pudéssemos incluir a autorização para acordos de negociação nos precatórios do FUNDEF.

Dito isso, Sr. Presidente, eu quero usar o que me sobra de tempo para fazer outro registro importante. Hoje, esta Casa deu um sinal muito significativo para o Brasil. Nós já aprovamos aqui ajuda emergencial para trabalhadores informais, ajuda emergencial para o setor da cultura, e, hoje, esta Casa deu um sinal importante para algo que tem uma relação muito fraterna com o povo brasileiro, que é a ajuda emergencial para o esporte.

O Deputado Felipe Carreras embandeirou-se dessa pauta, fez dela prioridade absoluta do seu mandato pela sensibilidade com um setor

em que ele conseguiu enxergar - e, ontem, citou-os desta tribuna - dois atletas amazonenses: Sandro Viana, medalhista olímpico no 4 por 100 metros rasos, numa ponta, e, na outra ponta, Ricardo Guimarães, um jovem dedicado a um projeto social de jiu-jitsu.

O Deputado Felipe Carreras conseguiu passar para a população um olhar sobre um segmento do esporte que é pouco visto. Nós temos muito aquele olhar glamourizado do esporte, dos grandes atletas, dos grandes jogadores de futebol, dos medalhistas olímpicos, e esquecemos que existem milhares de trabalhadores do esporte, gente que faz do esporte o instrumento de colocar a comida na mesa de suas famílias.

O Deputado Felipe Carreras teve absoluta sensibilidade para isso. E eu fico feliz de ter um projeto de minha autoria apensado ao projeto de S.Exa. Quero fazer um registro para todo o segmento esportivo do Brasil - atletas, treinadores, árbitros, profissionais de educação física. Esta Casa, sob a liderança Presidente Rodrigo Maia e a liderança de V.Exa., Deputado Marcos Pereira, tem tido muita sensibilidade para com todos que estão sofrendo as consequências da crise sanitária, econômica e social em decorrência do coronavírus.

Por fim, Sr. Presidente, quero também registrar a dedicação e o empenho do Deputado David Soares e do meu conterrâneo, Presidente da Frente Parlamentar Evangélica, Deputado Silas Câmara, que permitiram, ontem, que nós construíssemos um acordo que inclui, no Projeto de Lei dos Precatórios, um texto que garante segurança jurídica para as Igrejas no País.

Nós não inovamos em nada. nós só aprovamos uma legislação - também com o empenho do Deputado Julio, que está na Mesa -, nós aprovamos uma legislação, por incrível que pareça, obrigando a Receita Federal a cumprir uma determinação constitucional que garante imunidade tributária às Igrejas.

Quem quiser discutir a imunidade tributária das Igrejas que apresente emenda constitucional, que apresente alguma inovação legislativa. Mas, enquanto isso não for apresentado, a Receita Federal precisa entender que ela não produz lei, que ela está submetida às determinações legislativas aprovadas por esta Casa.

O esforço e a dedicação do Deputado David Soares, do Deputado Silas Câmara e do Deputado Julio fizeram com que nós chegássemos a um acordo para a aprovação dessa matéria.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 98/110

21.2020.B	Sessão Outro Evento	21/09/2020-10:56
Publ.: DCD - 22/09/2020 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao Deputado Vicentinho diante do estado de saúde de sua filha. Transcurso no aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Olho d'Água do Casado, Estado de Alagoas. Comemoração do Dia da Árvore. Acompanhamento por comissão parlamentar, capitaneada pela Deputada Professora Rosa Neide, da situação das queimadas na região pantaneira mato-grossense. Repúdio ao discurso de Parlamentar a respeito da liberdade de expressão. Necessidade de discussão de prioridades no âmbito da Orçamento Geral da União de 2021. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 48, de 2020, apostado ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, relativo ao estabelecimento de acordo para o pagamento de precatórios federais; à destinação de recursos oriundos para combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e à alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. e os demais pares.

Em primeiro lugar, quero prestar solidariedade ao companheiro Deputado Vicentinho, que teve e tem toda a solidariedade pelo momento por que passa sua filha.

Receba minha solidariedade, Deputado Vicentinho!

Sr. Presidente, eu queria também destacar que hoje, 21 de setembro, comemora-se a emancipação da cidade de Olho d'Água do Casado, que fica no Alto Sertão, na beira do Rio São Francisco. Trata-se de uma cidade que tem um povo ordeiro, trabalhador, cujo Prefeito é o companheiro Zé da Emater, do Partido dos Trabalhadores, que vem fazendo uma gestão exitosa, marcada pelo trabalho, pela transparência e pela competência.

Quero lembrar também que hoje é o Dia da Árvore. Infelizmente, há muito pouco a comemorar, porque o atual Presidente da República não tem compromisso com a pauta ambiental, uma pauta geracional, uma

pauta em defesa da vida.

Eu gostaria de simbolizar toda essa luta na figura da Deputada Professora Rosa Neide, que juntamente com uma comitiva está acompanhando o incêndio que está devastando o Mato Grosso e que não conta com nenhuma sensibilidade por parte do atual Presidente.

Por último, eu gostaria de discutir sobre o orçamento, a exemplo do que disse o Deputado Reginaldo Lopes. Participei dessa frente e entendo a sua importância.

Fico decepcionado quando o orador que me antecede, um general de pijama que hoje é Deputado Federal, fica reclamando sobre liberdade de expressão. Liberdade de expressão é ter responsabilidade com a sua fala; é não fazer calúnias e atacar, de forma vil, o Governo do Rio Grande do Norte e o PT; é discutir o orçamento.

Hoje, as Forças Armadas têm um orçamento de quase 150 bilhões de reais. Fica a pergunta: é prioridade ter um orçamento como esse para as Forças Armadas ou para a educação e para a saúde? As Forças Armadas conseguiram fazer um lança-chamas (*falha na transmissão*) de alta propulsão, mas não conseguiram até hoje fazer um respirador artificial. Por isso, nessa linha, é importante fazermos um debate sobre o orçamento.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, devemos fazer um debate a respeito de uma luta justa. Refiro-me aos precatórios do FUNDEF, que esta Casa aprovou e, de forma irresponsável, esse Presidente, que é inimigo da educação, vetou.

Espero que nós possamos pautar os precatórios do FUNDEB e derrubar - derrubar -, para fazer a defesa dos trabalhadores e trabalhadoras da educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 99/110

21.2020.B	Sessão Outro Evento	21/09/2020-11:24
Publ.: DCD - 22/09/2020 - FERNANDO RODOLFO-PL -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Conclamação aos Parlamentares para rejeição do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, relativo ao estabelecimento de

acordo para o pagamento de precatórios federais; à destinação de recursos oriundos para combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e à alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE. Sem revisão do orador.) - Presidente, bom dia! Bom dia a todos os Deputados e a todo o público que nos acompanha pela transmissão ao vivo da *TV Câmara!*

Sr. Presidente, nesta manhã de segunda-feira, eu gostaria de fazer aqui um pedido especial a todos os Parlamentares desta Casa. Foi sancionada pelo Presidente Jair Bolsonaro e publicada no *Diário Oficial*, no último dia 14, a Lei nº 14.057, de 2020, que trata de precatórios do Governo Federal. No texto aprovado por este Congresso Nacional, estava garantido o direito aos professores brasileiros ao rateio de 60% dos precatórios do FUNDEF. O Presidente sancionou a lei, mas vetou essa parte dos precatórios do FUNDEF.

Portanto, eu quero aqui hoje conclamar todos os nossos pares, todos os Deputados e também todos os Senadores, para derrubarmos esse veto e fazermos justiça aos professores brasileiros, porque são eles que colocam a educação para funcionar. A valorização do professor é o primeiro passo para que nós possamos oferecer uma educação de qualidade aos nossos alunos.

Eu gostaria de dizer ainda que nós estamos lançando, junto com o Deputado Bacelar, da Bahia, o site www.naoavetodorateio.com.br. Todos os Deputados e todos os Senadores irão receber, na manhã desta segunda-feira, nos seus e-mails, uma mensagem pedindo o posicionamento de cada um em relação à apreciação do Veto nº 48.20.005.

A derrubada desse veto fará justiça aos professores brasileiros, e nós estaremos à frente dessa campanha, mobilizando todos aqueles que querem que ele seja derrubado. E o faremos de forma presencial inclusive, fazendo audiências públicas em vários Estados do Nordeste. Enquanto houver tempo, enquanto esse veto não for apreciado aqui, nós vamos lutar para que ele seja derrubado e o direito ao rateio dos precatórios do FUNDEF seja garantido aos professores por este Congresso Nacional. Nós não queremos nada demais. O que nós queremos é apenas o reconhecimento de um direito que já está na lei do antigo FUNDEF e do atual FUNDEB e que, por causa de um acórdão do TCU, não está sendo cumprido pelos Municípios brasileiros.

Portanto, "não" ao veto do rateio dos precatórios do FUNDEF! "Não" ao

Veto nº 48.20.005!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 100/110

111.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/09/2020- CD	16:52
Publ.: DCD - 22/09/2020 - 154	PAULÃO-PT -AL	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Comissão nº 4, apresentada à Medida Provisória nº 980, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.884, de 2019, para a criação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e do Ministério das Comunicações. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o estabelecimento de regras para o pagamento com desconto de precatórios federais e o acordo de litígio contra a Fazenda Pública durante a epidemia da Covid-19.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT é favorável ao destaque apresentado pelo PDT, através do Deputado André Figueiredo, e entende que é meritória essa emenda.

Aproveitando o ensejo, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer, já que V.Exa. está na Presidência e teve um papel relevante, que o Presidente Bolsonaro vetou os precatórios do antigo FUNDEF, que esta Casa aprovou praticamente por unanimidade.

Esperamos que, quando essa matéria voltar para o Congresso Nacional, nós possamos derrubar esse veto, que tem um papel fundamental no sentido de reparar uma injustiça com os trabalhadores e trabalhadoras da área da educação.

O PT vota "sim" ao destaque do PDT.

Documento 101/110

22.2020.B	Sessão Outro Evento	22/09/2020-13:44
Publ.: DCD - 23/09/2020 - CÂMARA	CHARLES FERNANDES-PSD -BA DOSBREVES	BREVES

Sumário

Queda do número de contaminados por coronavírus no interior do Estado da Bahia. Defesa de rejeição do Veto nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, relativo ao estabelecimento de acordo para o pagamento de precatórios federais; à destinação de recursos oriundos para combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e à alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Apelo ao Presidente da República de autorização da construção do trecho da BR-030 compreendido entre os Municípios de Cariranha, Feira da Mata e Cocos, no Estado da Bahia.

O SR. CHARLES FERNANDES (Bloco/PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. É um prazer mais uma vez participar desta sessão remota da Câmara dos Deputados. Os nossos trabalhos, ao longo deste ano de pandemia, evoluíram muito bem nesta Casa, onde votamos projetos importantes, do interesse da nossa população e do interesse do Brasil.

Primeiro, Sr. Presidente, eu quero ressaltar que aqui no interior da Bahia o número de casos de COVID vem se estabilizando e vem até caindo, especialmente na minha região.

Quero agradecer a todos os Prefeitos, a todos os líderes políticos, a todos os Secretários Municipais de Saúde desta região, que procuraram investir todos os recursos disponibilizados não só pela União, mas também os recursos disponibilizados através das nossas emendas parlamentares, que estão sendo muito bem aplicados, fazendo com que o número de casos de COVID venha caindo sensivelmente aqui em Guanambi e em toda esta região. Isso é motivo de alegria para todos nós neste momento difícil que vive a população brasileira.

Segundo, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir à equipe do Presidente Bolsonaro que façamos um grande entendimento na questão dos precatórios do FUNDEB. Ainda há tempo para negociação, para que os professores tenham direito à participação nesses precatórios. É muito importante a valorização dos nossos bravos professores do Brasil, da Bahia, aqui de Guanambi e de toda esta região neste momento difícil que vive o País. Portanto, é preciso que se passe uma parte dos precatórios para os nossos professores. Acho que há a possibilidade de haver esse grande entendimento entre Governo Federal e Câmara dos Deputados, para que realmente possamos derrubar esse veto e deixar bem a educação no País, de modos que os professores recebam mais estímulos, tenham mais alegria e, acima de tudo,

tenham maior comprometimento com a educação no Brasil. Enfim, é importante que façamos a distribuição: uma parte para os professores e outra parte para investimentos também nas nossas escolas.

Por fim, Sr. Presidente, eu estive em Brasília, no dia 4 de agosto, com o diretor do DNIT, o General Santos Filho, conversando sobre a BR-030, rodovia muito importante que liga o sudoeste da Bahia à BR-020. Parece estar previsto que o Presidente da República virá à cidade de Coribe no dia 30. Espero que ele venha anunciar a construção do trecho da BR-030 que ligará Cariranha a Feira da Mata e Cocos, de suma importância para esta região. Eu peço ao Presidente, que está vindo mais uma vez à Bahia, que autorize a construção da BR-030, que, repito, é muito importante para a nossa região,

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, e peço a divulgação de meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 102/110

22.2020.B	Sessão Outro Evento	22/09/2020-13:52
Publ.: DCD - 23/09/2020 - CARLOS VERAS-PT -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de apoio do Congresso Nacional ao trabalho realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, seção Pernambuco, em defesa da manutenção dos direitos dos trabalhadores brasileiros. Defesa de rejeição do Veto nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, relativo ao estabelecimento de acordo para o pagamento de precatórios federais; à destinação de recursos oriundos para combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e à alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991; bem como do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, a respeito da concessão de abono pecuniário a feirantes e agricultores familiares, em isolamento ou quarentena decorrente da pandemia de coronavírus, consoante à Lei nº 13.979, de 2020, (o chamado Projeto de Lei Assis Carvalho). Defesa de manutenção do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós precisamos urgentemente

fazer aqui no Congresso um apoio firme à OAB de Pernambuco, que se posicionou favoravelmente ao trabalho que tem sido feito pela Central Única dos Trabalhadores, pela CONTAG, pela nossa FETAG aqui no Estado e pelas federações.

O que o Governo está fazendo com os trabalhadores e trabalhadoras é inadmissível! Neste momento de pandemia, fazer um pente-fino nos benefícios desses trabalhadores e trabalhadoras?!

Num momento em que nós precisamos garantir a renda, num momento em que nós precisamos ajudar as pessoas a enfrentar este momento difícil na sua vida, o que nós estamos vendo são as pessoas aterrorizadas, as pessoas tendo seus benefícios cortados, vendo diminuir a sua renda. Não podemos aceitar isso de maneira alguma! Isso é um direito dos trabalhadores e trabalhadoras. Não é o momento de perseguir, momento algum é momento de perseguir, principalmente num momento como este, em que vemos os trabalhadores perdendo seus benefícios.

Este Congresso precisa urgentemente se reunir para votar os vetos. Nós precisamos derrubar o que vetou inclusive o projeto que fala sobre os precatórios da educação, do FUNDEB. Os 60% são um direito dos professores e professoras. Nós precisamos derrubar esse veto.

Nós precisamos derrubar os vetos da agricultura familiar. Os trabalhadores e trabalhadoras rurais estão passando necessidades, precisam desse auxílio, precisam desse apoio.

Nós precisamos garantir nesta Casa os 600 reais do auxílio emergencial. Trezentos reais são insuficientes para as pessoas carentes que precisam desse auxílio emergencial para superar este momento de pandemia.

Por isso, aqui nesta Casa, nós precisamos trabalhar para os trabalhadores, para as trabalhadoras, para a população que mais necessita. Por isso, o auxílio emergencial tem que ser de 600 reais. Por isso, nós temos que derrubar os vetos. Por isso, nós temos que ajudar as pessoas a terem mais direitos e não verem aqui os seus direitos sendo retirados.

Vamos à luta, Presidente! Vamos defender os trabalhadores e trabalhadoras nesta Casa!

Sumário

Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, relativo ao estabelecimento de acordo para o pagamento de precatórios federais; à destinação de recursos oriundos para combate à Covid-19 durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e à alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

O Presidente Jair Bolsonaro, durante a campanha eleitoral, por várias vezes afirmou que valorizaria a educação pública, que estava comprometido com a educação brasileira. Ocorre, Sr. Presidente, que, para espanto geral e perplexidade coletiva dos professores brasileiros, o Presidente Jair Bolsonaro vetou dispositivo que, se fosse sancionado, importaria, através de abono, em aumento substantivo na remuneração dos professores da educação pública brasileira. E o veto se baseou numa justificativa juridicamente porosa, precária, absolutamente suplantável. Afirmou S.Exa., o Presidente da República, que estava vetando aquele dispositivo porque o Tribunal de Contas da União já havia decidido em sentido diverso. Ora, o Tribunal de Contas da União não edita leis em caráter geral. Cabe ao Congresso Nacional regulamentar, na sua autonomia decisória, a questão relacionada ao destino dos valores oriundos de precatórios, e assim o fez: foi aprovado pela Câmara dos Deputados, foi aprovado pelo Senado da República. Portanto, não havia nenhuma razão jurídica, nenhuma razão política para o Presidente Jair Bolsonaro, como de fato fez, vetar o dispositivo. Nós precisamos derrubar esse veto, Sr. Presidente.

Desde 1998 até 2006, os professores lutaram para que houvesse, na quantificação da sua remuneração, um aumento do salário, e nós estamos fazendo o nosso dever, enquanto Parlamentares, pedindo a todos os colegas: *"Vamos derrubar esse veto, porque esse veto atenta contra a qualidade da educação pública brasileira!"*.

Documento 104/110

23.2020.B

Sessão Outro Evento

29/09/2020-14:08

Publ.: DCD - 30/09/2020 - MÁRCIO JERRY-PCDOB -MA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Saudações aos Deputados Orlando Silva e Rubens Pereira Júnior candidatos do PCdoB, respectivamente, às Prefeituras Municipais de São Paulo e São Luís; e à ex-Deputada Manuela D'Ávila, candidata do partido à Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Oferecimento ao Presidente da República pelo Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino, dos serviços do Programa Viva Cidadão para atendimento aos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Expectativa de rejeição do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, relativo ao disciplinamento de acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais, e de acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública, bem como à destinação dos recursos deles oriundos para enfrentamento da epidemia de coronavírus, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e à alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente. Tive um probleminha no áudio, mas já foi corrigido. É um prazer voltar a falar aqui em nossa sessão plenária da Câmara dos Deputados.

Meus cumprimentos aos colegas Parlamentares, Deputados e Deputadas que participam desta sessão, ao povo brasileiro e, especialmente, ao meu querido povo do Maranhão.

Sr. Presidente, antes de tratar do tema de que gostaria nesta tarde, quero fazer uma saudação muito especial ao processo eleitoral de nosso País. No último domingo, foram iniciadas as campanhas eleitorais Brasil afora. Que seja um momento realmente de afirmação de valores da democracia, de participação da sociedade, de construção de políticas públicas eficazes, capazes de melhorar a vida do povo em todos os Municípios do Brasil.

Quero saudar especialmente os meus colegas de bancada, Orlando Silva, candidato a Prefeito de São Paulo, e o nosso querido companheiro Rubens Pereira Júnior, candidato a Prefeito de São Luís, dois colegas da atual legislatura na Câmara dos Deputados. E para aquela que está representando todos os candidatos e todas as candidatas do meu partido, o PCdoB, quero mandar um grande abraço. Refiro-me à nossa querida companheira Manuela D'Ávila, ex-Deputada Federal, que disputa a Prefeitura de Porto Alegre.

Sr. Presidente, ontem o Governador Flávio Dino encaminhou ao Presidente da República, ancorado no princípio da cooperação federativa, uma proposta de auxílio do Executivo do Maranhão para ajudar o INSS a atender o povo do Maranhão nesses dias de graves problemas de atendimento à população. Há filas, falta de atendimento.

Está uma precariedade absoluta o INSS aqui em nosso Estado. E isto é o que acontecendo em todo o Brasil: precarização, enfraquecimento da atuação do INSS. É um desrespeito absolutamente inaceitável ao povo brasileiro, aos aposentados, aos pensionistas, enfim, a todos aqueles que precisam do atendimento do INSS.

O Governador Flávio Dino encaminhou um ofício oferecendo postos de trabalho do Governo do Maranhão, por meio programa chamado Viva Cidadão, para que possam ser atendidas nas mais de 50 unidades do Estado as pessoas que precisam do INSS.

Esperamos que o Presidente da República tenha a humildade de aceitar essa mão generosa de auxílio do Governo do Maranhão neste momento em que há tantos e tão graves problemas do INSS.

Sr. Presidente, esperamos a sessão do Congresso Nacional para que possamos derrubar esse veto aos precatórios do FUNDEF. Esperamos muito ansiosamente que a CMO seja instalada para que nós possamos fazer um debate capaz de assegurar que não haja a retirada de nem um centavo da educação, ao contrário, que haja um incremento; que também não haja a retirada de nem um centavo da saúde, ao contrário, que haja um incremento desses recursos tão indispensáveis, para que possamos fazer avançar setores tão estratégicos para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 105/110

26.2020.B	Sessão Outro Evento	27/10/2020-13:56
Publ.: DCD - 28/10/2020 - FERNANDO RODOLFO-PL -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de alteração das regras de reajuste salarial de professores, em estudo pelo Governo Federal. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais e do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; bem como da destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.



O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados que nos acompanham nesta sessão, telespectadores da *TV Câmara*, venho hoje demonstrar minha indignação com a proposta que está sendo estudada pelo Governo do Presidente Bolsonaro que muda a regra de reajuste para o salário do professor. Nós tivemos, em 2008, um grande avanço com o Presidente Lula, que foi a Lei do Piso, a sanção da Lei do Piso. Agora o Governo Bolsonaro estuda mudar essa regra, colocando como parâmetro a inflação.

Ora, se isso já estivesse valendo em 2020, por exemplo, o reajuste do professor teria sido de 4,6%, em vez de 12,84%. Já é muito pouco um reajuste de 12,84% para um profissional que trabalha tanto e que é tão importante para o Brasil como é o professor. Imagine, então, um reajuste de 4,6%.

O piso do professor hoje é de 2.886 reais. Só o auxílio-moradia do Ministro Paulo Guedes - que é quem está planejando fazer essa medida provisória - é de 7.733 reais, ou seja, só o auxílio-moradia do Ministro Paulo Guedes é quase 3 vezes mais que o salário de um professor.

Como nós vamos falar em investir na educação, em valorizar o profissional da educação, que é o professor, com uma medida como essa? Isso não tem o meu apoio. O meu partido faz parte da base do Governo, mas eu sou Governo quando o Governo defende o que é bom para o Brasil. Nesse caso, eu serei contra e vou lutar contra aqui neste plenário.

Estou também lutando contra o veto do rateio dos precatórios do FUNDEF, que foi outro absurdo provocado pelo Presidente Bolsonaro, negando um direito que é do professor. Nós estamos aqui prestes a derrubar esse veto nos próximos dias. Vamos lutar como gigantes aqui neste plenário para que essa mudança proposta pelo Governo não seja aprovada.

Nós não podemos permitir que isso aconteça. Qual é o incentivo que nós vamos dar ao professor brasileiro, que, nesta pandemia, teve que se reinventar? Qual é o incentivo que nós vamos dar a ele, dizendo que o reajuste que ele vai ter anual vai ser baseado na inflação? O incentivo é zero para esse profissional. O incentivo é zero para o professor.

Eu vi professor que, agora na pandemia, por exemplo, lá em Angelim, no agreste de Pernambuco, teve que pegar uma bicicleta para levar tarefa para os alunos na zona rural, porque lá na zona rural os alunos não tinham acesso à Internet. Nós precisamos respeitar o professor!

Sr. Presidente Bolsonaro, não esqueça que, antes de estar sentado nessa cadeira de Presidente da República, o senhor estava sentado em uma carteira de uma sala de aula.

Ministro Paulo Guedes, não esqueça o que os professores representaram na sua vida. Se não fossem os professores, V.Exa. não seria hoje o Ministro que é.

Portanto, eu peço aqui justiça aos professores brasileiros e que isso não passe e não tenha guarida aqui neste Congresso Nacional, nem pelos Deputados nem pelos Senadores. Pelos professores, tudo! E nós vamos até o fim defendendo os seus interesses aqui.

Peço o registro deste discurso no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 106/110

27.2020.B	Sessão Outro Evento	03/11/2020-13:08
Publ.: DCD - 04/11/2020 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 48, de 2020, apostado ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais e do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; bem como da destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Saudações à Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas - SINTEAL, Sra. Consuelo Correia, e à Profa. Sandra Lúcia Lira. Continuidade da obstrução das votações pelos partidos opositores, em protesto contra a não votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a criação do auxílio emergencial residual de 300 reais, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente. Gostaria de cumprimentá-lo, assim como todos os colegas Parlamentares e, de forma destacada, os internautas que nos assistem.

Sr. Presidente, eu quero, como primeiro ponto, destacar a importância

de um projeto aprovado pela Câmara Federal sobre os precatórios do antigo FUNDEF, que têm papel fundamental para fazer a reparação de uma injustiça em relação aos profissionais da educação. Esta Casa votou-o praticamente por unanimidade, e há uma informação extraoficial de que ele poderá ser pautado amanhã, em sessão do Congresso. Esperamos que o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que é o Presidente do Congresso, pautar a matéria, mas respeite a decisão tomada pela Câmara Federal. Digo isso porque há informações de bastidores de que está havendo uma manobra no sentido de manter o veto do Presidente Bolsonaro, que representa um desrespeito para com todos os profissionais da educação no Brasil. Então, este é o primeiro ponto: a importância de mantermos a garantia dos precatórios do FUNDEF.

Faço uma saudação especial a Consuelo Correia, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas - SINTEAL, e a outra militante social importante nessa luta que é a Profa. Sandra Lúcia Lira, também uma guerreira nessa causa.

A outra questão foi destacada por colegas que me antecederam: a obstrução da Oposição relativa à MP 1.000. O auxílio emergencial - que inicialmente a Câmara aprovou e, depois, o Senado -, todos sabem que Bolsonaro não o queria, porque ele odeia os trabalhadores, odeia a população mais pobre. Mas o auxílio foi aprovado com uma temporalidade: até o final do ano.

A medida provisória tem o papel de dar continuidade, de forma perene, permanente, a esse auxílio emergencial, que tem dois objetivos fundamentais: aquecer a economia e, ao mesmo tempo, equacionar uma reparação social que o Brasil tem com a população mais carente. A Região Nordeste, da qual faço parte, tem a maior densidade demográfica e uma das maiores contradições sociais do País. Por isso, se o auxílio emergencial acabar, viverá o caos econômico e social. Por isso, a obstrução.

Vamos manter a MP 1.000!

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 107/110

27.2020.B	Sessão Outro Evento	03/11/2020-13:28
Publ.: DCD - 04/11/2020 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais e do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; bem como da destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Homenagem prestada pelos trabalhadores sem-terra às vítimas da Covid-19, por ocasião do Dia de Finados, no Estado da Bahia. Desestruturação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente, saúdo todos os Deputados.

Peço ao Congresso Nacional que, na sessão, possa votar a derrubada do Veto nº 48.20.005, que trata do FUNDEF. Temos que derrubar esse veto, porque temos que valorizar os professores. Trata-se da subvinculação de 60% dos precatórios do FUNDEF, o que é muito importante para os professores do Brasil. Temos que valorizar e apoiar esses profissionais. Por isso, temos que derrubar o veto do Presidente.

Todos nós sabemos que esse Presidente da República não tem responsabilidade com a educação, não tem responsabilidade com o povo brasileiro. Nós sabemos disso. Entretanto, enquanto Parlamentares, temos que sensibilizar o conjunto de Deputados e Senadores para derrubarmos o veto do Presidente. Não podemos, de forma nenhuma, concordar com isso. Nós fizemos um grande trabalho no Congresso Nacional para aprovar o projeto de lei. O Presidente o vetou. Agora, repito, temos que derrubar o veto.

A responsabilidade, agora, é nossa. A expectativa da sociedade é a de que nós possamos votar de acordo com a vontade dos educadores brasileiros. Por isso, eu tenho certeza de que o Congresso Nacional vai derrubar esse veto do Presidente da República.

Sr. Presidente, também quero fazer uma saudação especial a todos e a todas que vêm lutando para fortalecer cada vez mais o nosso esforço pela reforma agrária no Brasil. Eu digo isso porque ontem, Dia de Finados, os sem-terra aqui na Bahia plantaram árvores em todos os lugares, em solidariedade aos familiares que perderam um ente querido para a COVID.

Por isso, parablenizo a direção do MST aqui na Bahia e em todo o Brasil. Reafirmamos a convicção de continuarmos lutando pela reforma agrária. É uma bandeira importante.

Nós sabemos que o Presidente da República acabou com o INCRA, destruiu a bandeira de reforma agrária, mas nós não dependemos simplesmente do Governo para fazê-la. Precisamos estar firmes e fortes, cada vez mais, para desapropriarmos todas as áreas improdutivas que há neste Brasil, democratizarmos o acesso à terra, viabilizarmos a assistência técnica, produzirmos alimento de qualidade, para atendermos a população brasileira. Esta é a nossa missão, e vamos continuar fazendo isso.

Neste momento eleitoral, temos que continuar denunciando esse Governo Bolsonaro, que não leva em consideração as pessoas que mais precisam das ações do Governo na área social.

Era isso, Sr. Presidente.

Documento 108/110

29.2020.B	Sessão Outro Evento	02/12/2020-15:08
Publ.: DCD - 03/12/2020 - FERNANDO RODOLFO-PL -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Pedido aos Líderes partidários e ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre, de inclusão na pauta do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento de acordo estabelecido com credores para o pagamento, com desconto, de precatórios federais e de acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública, e a destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19. Apelo ao Presidente Jair Bolsonaro de revogação da Portaria Interministerial nº 3, de 2020, relativa à alteração dos parâmetros operacionais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB para o exercício de 2020.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de fazer um apelo ao Presidente do Congresso Nacional, o Senador Davi Alcolumbre: que pautar para a próxima sessão, que será realizada no dia 16 deste mês, o Veto nº 48. É o veto que trata, entre outras questões, do rateio dos precatórios do FUNDEF para os professores brasileiros. O Presidente da República vetou esse trecho da lei no mês de setembro, nós já estamos em dezembro, e até agora nada de o Presidente Davi Alcolumbre pautar o Veto 48.

Nós fazemos esse pedido em nome dos professores. Isso é uma

questão de justiça, é uma questão de reconhecimento de um direito dos professores brasileiros, o direito ao acesso a esse dinheiro dos precatórios do FUNDEF. É uma luta que travamos aqui na Câmara dos Deputados desde o início do nosso mandato. Pedimos, portanto, aos Líderes partidários da Câmara e do Senado e ao Presidente Davi Alcolumbre sensibilidade em relação a isso e que pautem o Veto 48 para a próxima sessão, a sessão do dia 16.

Eu gostaria também de fazer um apelo ao Presidente da República, Jair Bolsonaro: que suste os efeitos da Portaria Interministerial nº 3. Essa portaria é mais uma grande covardia contra os professores brasileiros. A portaria acaba gerando um prejuízo para o professor, haja vista que zera o reajuste anual para 2021. O professor brasileiro já ganha muito pouco. O piso salarial da categoria neste País é de R\$ 2.886,00. Isso mostra a desigualdade existente no nosso Brasil entre os servidores públicos. Nós temos aqui no Brasil servidores públicos que ganham altos salários e que nem de longe têm os prejuízos que os professores brasileiros têm, provocados por políticas governamentais do Presidente Bolsonaro. Por isso pedimos sensibilidade ao Presidente da República também. Se não houver a revogação, que o Congresso suste, através de um decreto legislativo, os efeitos dessa portaria, que, repito, é mais uma grande covardia contra o professor brasileiro.

Gostaria que este discurso fosse registrado no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

Meu muito obrigado.

Documento 109/110

119.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/12/2020- CD	14:40
Publ.: DCD - 04/12/2020 - 129	PAULÃO-PT -AL	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, artigo por artigo, da Medida Provisória nº 996, de 2020, sobre a instituição do Programa Casa Verde e Amarela, destinado à aquisição da casa própria para famílias residentes nas áreas rural e urbana. Defesa de votação do Veto Parcial nº 48, de 2020, apostado ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento de acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais, e de acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; a destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de

2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Pedido ao Presidente Rodrigo Maia de votação de pedido de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Somos favoráveis ao requerimento, Sr. Presidente, entendendo que é importante a democracia.

Agora aproveito o ensejo para dizer que tramita nesta Casa matéria sobre os chamados precatórios do FUNDEF, que foi aprovada nesta Casa. Houve o veto do Presidente Bolsonaro. Até agora, nesta Casa, o Presidente Rodrigo Maia não pautou a matéria. É fundamental que seja pautada, pois dá um prejuízo significativo aos trabalhadores da educação.

Portanto, nós solicitamos ao Presidente Rodrigo Maia que paute os precatórios do antigo FUNDEF - nós não entendemos o porquê da demora - e paute também os mais de 30 processos de impedimento contra aquele Presidente que é contrário à vida, o chamado "anjo da morte", o Presidente Bolsonaro.

Documento 110/110

32.2020.B	Sessão Outro Evento	08/12/2020-14:24
Publ.: DCD - 09/12/2020 - CARLOS VERAS-PT -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Associação à luta da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE e dos sindicatos dos professores, em defesa de votação e rejeição do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, acerca do disciplinamento do acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs Lei nº 7.689, de 1988, 8.212, de 1991. Indagação sobre a autoria do assassinato da Vereadora Marielle Franco, ocorrido no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Ainda que a população brasileira de maneira geral esteja vivendo



momentos difíceis por conta da COVID-19, por conta dos ataques e da falta de cuidado e de compromisso com ela, eu não poderia deixar de vir a Brasília para, desta tribuna, dizer que me somo à luta da CNTE, dos sindicatos de professores e professoras, para que na próxima sessão do Congresso Nacional nós possamos incluir na pauta o veto aos precatórios do FUNDEF. Não é possível que um Governo vete algo tão importante para o conjunto dos professores e professoras!

E nós precisamos lutar para que vá à pauta o veto aos precatórios, de modo que possamos derrubá-lo, porque reconhecimento e valorização não se vetam. Há Deputados e Deputadas que, às vezes, nas bases fazem um discurso fácil, dizendo que defendem os professores e professoras, mas, na hora de votar muitos projetos, acabam votando contra a classe trabalhadora.

É importante que todos os Deputados e Deputadas, em especial os que são da base do Governo Bolsonaro, pressionem os Líderes partidários para que possamos colocar o veto aos precatórios do FUNDEF na pauta e possamos derrubá-lo, porque, repito, valorização e reconhecimento não se vetam.

E quero dizer aos professores e professoras que nós estamos juntos nessa luta.

Precisamos também mobilizar este Parlamento para que uma conquista tão importante como o novo FUNDEB, o financiamento permanente da educação básica pública no País, não seja destruída. Nós precisamos, sim, ainda este ano, regulamentar o novo FUNDEB, mas não podemos abrir mão das conquistas que tivemos. Nós precisamos garantir que, a partir de janeiro, a educação básica pública tenha esse orçamento e esses recursos para pagar os professores e professoras, para garantir um ensino de qualidade neste País, mas sem abrir mão de nenhum direito conquistado em uma luta árdua, em uma mobilização intensa de toda a sociedade brasileira, em especial dos professores e professoras.

Encerro fazendo uma pergunta de todos nós que defendemos a liberdade e a democracia; que defendemos a vida - porque vidas importam, e importam muito; que ouvimos, às vezes, alguns discursos populistas, fascistas querendo banalizar as coisas, escondendo fatos reais. Por isso, encerro perguntando: quem mandou matar Marielle Franco? Quem mandou matar Marielle Franco? O Brasil quer saber, senhores e senhoras.